AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 06 | JUNHO 2016 | R$ 15,00

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298



PLANO SAFRA 2016/17

APESAR DO CUSTO MAIS ELEVADO, AINDA VALE A PENA TOMAR O CRÉDITO RURAL

MILHO PRODUTO IMPORTADO CHEGA MAIS BARATO DO QUE O NACIONAL

MERCADO DE TRABALHO CORTES DE VAGA ATINGEM O AGRONEGÓCIO

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO DE 2016/17: FAÇAM AS CONTAS

EM NOSSA última edição, apontamos a direção que o governo Michel Temer tomaria na área econômica. Fizemos questão de frisar que, se Lula tivesse conseguido ser ministro-chefe da Casa Civil e Dilma permanecido no comando do governo do País, o ministro da Fazenda também seria Henrique Meirelles. E isso é o que realmente torna o Brasil uma jabuticaba.

Provavelmente, com Temer o ajuste fiscal será mais forte do que seria com Dilma. Talvez Lula conseguisse refazer a base parlamentar para aprovar as medidas necessárias no Congresso, mas não seria tarefa fácil, pois Dilma já estava indisposta com a Casa. Temer montou seu Ministério com Serra e Meirelles para fazer o barco navegar e escolheu o resto do time para manobrar o Congresso. No contexto atual, possivelmente, boa parte das medidas necessárias para recompor o equilíbrio fiscal será aprovada.

Ao final de 2016, haverá déficit primário e a economia ainda estará em recessão. Mas, é muito provável que a economia cresça em 2017 e que a situação fiscal se equilibre. A basilar reforma da previdência deve sair do papel, provavelmente sem mexer na idade mínima (questão de honra para as centrais sindicais), mas aumentando a aceleração da forma 85/95, com efeitos práticos muito parecidos com os de uma elevação da idade mínima. Um grupo de estudo com prazo curto para apresentar conclusão já está trabalhando.

As primeiras medidas anunciadas são tímidas e apenas buscam boa vontade. Será fundamental passarem as medidas mais importantes (como a reforma da previdência) pelo Congresso.

É sempre bom lembrar que, se o plano de Lula tivesse dado certo, medidas muito parecidas estariam sendo tomadas. Mas, infelizmente para ele e para o PT, muito tempo foi perdido, e o cavalo passou arreado, sem ninguém montar.

Os juros devem cair nos próximos doze meses, seguindo a queda da inflação. O câmbio, como temos repetido, vai oscilar entre R$ 3,50 e R$ 3,80 por dólar. O agronegócio será o menos prejudicado, graças à sua eficiência e ao câmbio adequado. Raros são os setores com problemas graves, como, por exemplo, a pecuária leiteira e o setor sucroalcooleiro.

Os últimos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam mudanças importantes no mercado de trabalho das atividades agropecuárias: a população ocupada passou a encolher em linha com o restante da economia e o rendimento médio passou a encolher em uma intensidade ainda maior.

Para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) de 2016/17, o Governo aumentou o crédito para custeio com juros controlados. No entanto, R$ 53 bilhões – 26% de todo volume de crédito – ainda terão como fonte as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), com juros de 12,75%. Apesar de mais elevada, esta taxa está abaixo das oferecidas pelo setor financeiro e, também, do retorno de algumas modalidades de investimento. Ou seja, mesmo com custo mais alto, ainda pode valer a pena para o produtor tomar o crédito e manter seu próprio dinheiro investido no banco.

O pacote de medidas do PAP configura a aplicação de uma política emergencial em tempo de crise econômica. O cenário é de recessão no mercado doméstico, preços de *commodities* em baixa, volatilidade cambial, inflação e juros elevados. Neste

cenário, muitos produtores deverão novamente adiar a decisão na tomada de empréstimos para investimentos em novas tecnologias. Nos últimos cinco anos, a área de grãos expandiu-se em 1,6 milhão de hectares, na média anual. A aposta, agora, é sobre a capacidade de crescimento na próxima temporada.

Na agricultura, o mercado conjuntural do milho vive um enorme paradoxo: apesar de o País possuir um grande excedente na produção, o quadro momentâneo é de grande crise de escassez, em especial na região Sul. Cercados de muita especulação, os preços alcançam a casa de R$ 50,00 a saca de 60 quilos, comprometendo os resultados, principalmente das criações de aves e suínos. A morosidade burocrática do Governo na liberação dos estoques oficiais não ajuda a amenizar essa situação, enquanto as cotações de produtos importados chegam mais em conta para abastecer a demanda nacional. A situação somente deve amenizar com a maior entrada do milho 2ª safra, no final deste semestre.

A Semana Mundial do Meio Ambiente é comemorada durante este mês. Trata-se de uma data instituída em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo, na Suécia. No Brasil, esta celebração foi instituída em 1981, por meio do Decreto nº 86.028, e sua finalidade é apoiar a participação da comunidade brasileira na preservação do patrimônio natural do nosso País. Nas últimas décadas, o Brasil consolidou sua posição de principal celeiro na produção mundial de alimentos. De forma atípica, é o único país que figura nesse seleto grupo que tem características tropicais.

Para fechar, a ***Agroanalysis*** traz o caderno especial do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). Na base das suas ações, há a disseminação da seguinte mensagem: cada elo da cadeia agrícola deve fazer a sua parte para destinar corretamente as embalagens de defensivos agrícolas usadas nas plantações e manter limpos os campos brasileiros. Isso contribui para conscientizar e engajar agricultores, canais de distribuição, indústria fabricante e poder público no programa mais bem-sucedido do mundo em destinação deste tipo de embalagem: o Sistema Campo Limpo, em funcionamento desde 2002. Milhões de pessoas receberam seus recados sustentáveis por meio das mais diversas ferramentas, como campanhas em mídias impressa e digital, realização de eventos e utilização de redes sociais. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
ANTONIO CHAVAGLIA
PRECISAMOS REALMENTE DE UM HORIZONTE PARA QUE AS PESSOAS SE SINTAM ESTIMULADAS A INVESTIR

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
PRIMEIROS PASSOS

15 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA MERCADO DE TRABALHO
NINGUÉM PASSARÁ ILESO

21 LARANJA
FECHAMENTO DA SAFRA 2015/16

22 CAPA CONJUNTURA DO MILHO
PRODUTO IMPORTADO MAIS BARATO DO QUE O NACIONAL

24 CADEIA DO VINHO
MODELO DE RASTREABILIDADE PARA EXPORTAÇÃO UTILIZANDO RFID E SENSORES

26 POLÍTICA AGRÍCOLA

26 CAPA PLANO SAFRA 2016/17
MESMO MAIS CARO, VALE A PENA TOMAR O CRÉDITO RURAL

30 SUSTENTABILIDADE

30 DE OLHO NO FUTURO
AGRONEGÓCIO COM SUSTENTABILIDADE

32 CONTEÚDO ESPECIAL

32 INPEV
EDUCAR E CONSCIENTIZAR SEMPRE!

36 COOXUPÉ
CICLO DE PALESTRAS PREPARA CAFEICULTORES PARA A COLHEITA

38 BAYER
PELO FUTURO DA AGRICULTURA

40 SINDIVEG
DEFENSIVOS AGRÍCOLAS ILEGAIS NO BRASIL

43 FAESP
O CÓDIGO FLORESTAL E O STF

44 JOHN DEERE
SEIS REFLEXÕES SOBRE O AGRO

45 ANDEF
O BRASIL E A FORÇA DO CAMPO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
TUDO NOVO

47 PRODUZIR
PAISAGENS PRODUTIVAS E SUSTENTÁVEIS

48 OPINIÃO
AGRICULTURA DÁ SHOW

49 REFLEXÃO
O AGRONEGÓCIO E SEUS DESAFIOS

50 ESTATÍSTICA

PRECISAMOS REALMENTE DE UM HORIZONTE PARA QUE AS PESSOAS SE SINTAM ESTIMULADAS A INVESTIR

ANTONIO CHAVAGLIA

PRESIDENTE DA COMIGO E DO SICOOB CREDI-RURAL

POR PAULO ROQUE

Chavaglia é agropecuarista, sócio fundador da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) e do Sicoob Credi-Rural, cooperativas que preside atualmente. Foi presidente do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras em Goiás (OCB-GO) por dezessete anos. É conselheiro do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo em Goiás (Sescoop-GO). Em 2003, foi o líder cooperativista mais votado do Brasil, pelo jornal Gazeta Mercantil, de São Paulo.



AGROANALYSIS: O CLIMA ADVERSO E A DOENÇA DA FERRUGEM TÊM AFETADO A PRODUÇÃO DA SOJA GOIANA. COMO ESTÁ O BOLSO DO PRODUTOR E DA COOPERATIVA?

ANTONIO CHAVAGLIA: A ferrugem asiática atingiu apenas algumas regiões do estado, e os agricultores estão bastante conscientes no que diz respeito ao seu controle. Mas, preocupa-nos, também, a mosca branca, que, apesar de ainda não ser de grande relevância, atacou em algumas regiões goianas, onde a maioria dos produtores conseguiu produzir até que razoavelmente bem. A questão da mosca branca, de alguns anos para cá, oferece riscos, porque não temos produtos eficientes ainda. É um problema que ainda vai persistir, e precisamos estar muito atentos a isso. Recomendamos ao produtor a necessidade de um bom acompanhamento e à indústria, a produção de um produto preventivo.

> “A QUESTÃO DA MOSCA BRANCA, DE ALGUNS ANOS PARA CÁ, OFERECE RISCOS, PORQUE NÃO TEMOS PRODUTOS EFICIENTES AINDA.”

A TECNOSHOW COMIGO 2016 TEVE UM RESULTADO POSITIVO. ESSE É UM FATO POSITIVO QUANDO COMPARADO COM O DESEMPENHO DE OUTRAS FEIRAS?

AC: A TECNOSHOW realmente nos surpreendeu neste ano. Os bancos e as instituições financeiras estavam presentes, oferecendo crédito com rapidez e eficiência muito maior do que aconteceu no ano passado. O produtor animou-se em fazer um investimento necessário para melhorar a sua eficiência, tanto no plantio, quanto na colheita e, também, na condução do combate com inseticidas e herbicidas com pulverizadores melhores. O movimento total da feira foi em torno de R$ 1,3 bilhão.

SOBRA MILHO NA REGIÃO CENTRO-OESTE E FALTA NO SUL. COMO RESOLVER ESTA EQUAÇÃO?

AC: Essa questão é meio complexa. Devido a algumas empresas não terem condição de comprar o milho durante o ano todo, até chegar a outra safra, o milho acaba sendo exportado. Então, as empresas precisam encontrar um meio junto ao Governo para conseguirem crédito para estocar o ano inteiro, e isso, às vezes, é difícil, mas a cadeia precisa funcionar: suinocultura, avicultura, bovinocultura de carne e leite. Tudo isso é muito complexo, o que acaba gerando um “descasamento” e um prejuízo para os produtores, nesta ordem, pois muitos não estão acompanhando os preços de acordo com o mercado. Já quanto a esses problemas, como o da quebra de safra deste ano, é preciso que as pessoas estejam mais atentas ainda em procurar, no início da safra, comprar milho para atravessar o ano. Às vezes, é difícil ter capital para isso, mas, no Sul do País, eles estão exportando muito; então, alguns têm que pegar milho no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso para poderem passar o ano. Não há como ser diferente.

O mercado é muito dinâmico. No passado, era diferente. Então, temos aí uma situação que não é fácil resolver. A questão financeira das empresas e o crédito para poder estocar durante o ano todo são necessidades. Algumas empresas já fazem isso para ficarem mais tranquilas. O preço ficará maior um pouco, mas, se não se estocar, pode ficar pior ainda. Essas empresas que necessitam de milho precisam ficar muito atentas. Neste ano, porém, o produtor vai ficar mais descapitalizado, por causa da queda de produção: apesar de ele ter vendido grande parte da safra a preço de exportação – R$ 24 a R$ 25 –, hoje o preço está a R$ 40. Mas, os compromissos têm que ser cumpridos; então, vai sobrar muito pouco para ser comercializado no mercado interno.

O PRÉ-CUSTEIO DESTE ANO, IMPORTANTE PARA A COMPRA ANTECIPADA DE INSUMOS, PODE SINALIZAR ALGUMA TENDÊNCIA PARA A SAFRA 2016/17?

AC: Alguns produtores que tiveram condições de pegar esse crédito – pois nem todos tiveram – compraram insumos. Mas, há muita gente ainda para comprar. É necessário continuar liberando crédito para estas pessoas poderem fazer a safra 2016/17; inclusive, os custos aumentaram, e elas vão precisar de mais crédito ainda do que precisaram no ano passado. Creio que 50% dos produtores já compraram, e ainda há 50% para comprar, que dependem da safrinha, da liquidação do custeio do milho, para que se possam liberar garantias que lhes permitam fazer a outra safra da soja.

COM A QUEDA DO DÓLAR, O RISCO PARA O SOJICULTOR AUMENTOU?

AC: Com a desvalorização do dólar, nós tivemos uma valorização dele na Bolsa de Chicago: estava 8,50 o *bushel* e, hoje, está a 10,50. Uma coisa compensou a outra. Então, ainda se está gerando uma margem para quem conseguir comprar os insumos nos preços que estão e, assim, o produtor poder fazer os financiamentos e suas adequações.

COMO FOI O FLUXO DA COMERCIALIZAÇÃO DA SAFRA 2015/16 TOMANDO COMO FOCO O MILHO E A SOJA?

AC: A soja, em primeiro lugar, teve uma comercialização razoável. A produtividade melhorou, e algumas regiões do estado, com raras exceções, tiveram dificuldades com o clima. Agora, no caso do milho, com essa queda de produção de 35%, 40%, que a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) está colocando, vai sobrar muito pouco milho para ser comercializado, porque grande parte já foi comercializada. A questão do milho pode ficar muito trágica ainda, porque nós não sabemos o quanto se vai produzir, pois é preciso chuva. Se a indústria não comprar agora na safrinha até passar o ano, não terá como importar. Tem que se estocar o milho da safrinha;

> “TEM QUE SE ESTOCAR O MILHO DA SAFRINHA; É A ÚNICA MANEIRA DE PASSAR O ANO COM O PREÇO MAIS OU MENOS EQUILIBRADO.”

> “ESTÁ DIFÍCIL FAZER ARMAZÉM HOJE EM DIA, PORQUE DOBRARAM OS JUROS, E ISSO DIFICULTA...”

é a única maneira de passar o ano com o preço mais ou menos equilibrado.

AS CONDIÇÕES DE MELHORIAS NA ARMAZENAGEM E NO TRANSPORTE PODEM ESTIMULAR O AUMENTO DA PRODUÇÃO DE GOIÁS?

AC: A questão da armazenagem também é complexa. De dois anos para cá, parou de existir construção de armazém, as empresas não têm investido nada. Entretanto, a COMIGO, nos últimos seis anos, quase dobrou a capacidade de armazenamento, e isso contribuiu bastante para uma melhora, mas ainda temos problemas. Sobre transporte, ele é complexo na época da safra, porque não há armazém para colocar toda a soja. Nessa hora, muita soja tem que sair durante a colheita, e o frete vai lá para cima, o que tira a renda do produtor. Se melhorarem essas condições de logística e outras coisas, sobrará mais para o produtor. Com menos armazém e menos transporte, tira-se a renda do produtor e o custo se eleva.

Goiás é carente em armazéns. A soja o produtor acomoda mais ou menos, mas, na hora que vem o milho da safrinha, não há armazém para atender a demanda. Neste ano, pode até haver como armazenar, devido à queda de produção. Mas, há muita gente colocando em “silobag”, correndo um certo risco, para poder acomodar. Está difícil fazer armazém hoje em dia, porque dobraram os

> “É IMPORTANTE QUE ESSE NOVO GOVERNO CONSIGA ARRECADAR MAIS DO QUE GASTA, POIS, AÍ SIM, TRANSMITIRÁ CONFIANÇA.”



juros, e isso dificulta, pois não há viabilidade econômica e as empresas não querem correr o risco de bancar isso hoje.

NOS ÚLTIMOS ANOS, A COMIGO INVESTIU R$ 213,5 MILHÕES. EM 2015, ADIOU UM INVESTIMENTO DE R$ 83 MILHÕES. ESTA DECISÃO AINDA ESTÁ MANTIDA?

AC: Não. Devemos investir metade disto na área de produção de sementes de soja e remodernizar alguns armazéns. Devemos investir em torno de R$ 40 milhões destes R$ 83 milhões, investimentos esses que, aliás, já estão em andamento. É fundamental que nós pensemos lá na frente, pois haverá necessidade de mais armazéns, e é preciso de longo prazo para pagar e dinheiro subsidiado; se não, ninguém vai fazer armazém com esses juros de 8%, 10%.

COM O NOVO GOVERNO, AINDA QUE TRANSITÓRIO, MAIS O ANÚNCIO DO PLANO SAFRA 2016/17, AS PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS PODEM SER REANIMADAS?

AC: Esperamos que sim, que se tenha um horizonte de controle das contas públicas, que volte a credibilidade de empresários internos e externos, para que possa haver investimento no País. Mas, precisamos realmente de um horizonte para que as pessoas se sintam estimuladas a investir, como, por exemplo, fazendo aberturas de novas áreas. E isso é muito complicado, pois há um custo muito alto. O investimento é grande, tendo que haver uma carência de três anos. Durante estes três anos, pagam-se os custos, e é no quarto que começam a haver resultados. Isso é o que esperamos para poder voltar a gerar emprego e renda.

Torcemos. O produtor é otimista, pois, ao chegar a hora de plantar, ele quer plantar, e, ao chegar a hora de colher, ele quer colher, mas quer um horizonte mais a longo prazo, pois, se não, a coisa fica difícil para se tomar uma decisão. É importante que esse novo governo consiga arrecadar mais do que gasta, pois, aí sim, transmitirá confiança. ■

FRASES & COMENTÁRIOS



Burocracia prejudica decisões. O porco e a galinha não podem esperar sessenta dias [por uma assinatura].

BLAIRO MAGGI, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A instabilidade das chuvas que afetou a safra de soja em boa parte do Mato Grosso também deverá trazer prejuízos para a produção de milho 2ª safra no estado. O plantio tardio e a baixa precipitação em abril e no início de maio são os principais responsáveis pela redução na estimativa de produtividade.

Situação confirmada pelo relatório das seis equipes que percorreram 188 propriedades na última semana de abril durante o Circuito Tecnológico – Etapa Milho, evento realizado pela Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com apoio do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA)

Eu me preocupo com a questão da renda do produtor rural porque, sem ela, os produtores são iguais a uma fábrica sem lucro. O Ministério precisa atuar nessa área para tentar diminuir os custos da produção, e isso só será possível se houver uma política efetiva de regulação de preços e se acabarmos com os oligopólios no fornecimento dos insumos agrícolas.

BLAIRO MAGGI, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Fiquei estarrecido com a situação que vi. 120 quilômetros de lama ainda cobrem a paisagem, seis meses depois do desastre. É uma tragédia continuada.

SARNEY FILHO, ministro do Meio Ambiente, em visita à área da tragédia da barragem do Fundão, da Samarco, em Mariana-MG

É absolutamente frustrante, especialmente porque, inicialmente, a Comissão Europeia pretendia liberar a exportação de pelo menos 78 mil toneladas anuais de carne bovina sem hormônios, além de 60 milhões de litros de etanol.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA), ao questionar a decisão tomada pela União Europeia de não incluir as cotas para a importação de carne bovina e etanol, na retomada das negociações com o MERCOSUL, ao trocar suas ofertas de acesso a mercado depois de doze anos sem avanços nas discussões bilaterais

O uso da árvore em propriedades rurais tem se tornado uma alternativa de produção e preservação ambiental. Além de trazer ganhos econômicos e sociais, o plantio de mudas e a semeadura direta restauram a vegetação nativa da área degradada.

DANIEL LUIS MASCIA, pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, durante a 9ª edição da AgroBrasília, que apresentou a área de restauração de vegetação nativa implantada pelo Projeto Biomas e os benefícios do plantio de árvores em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL)

A assistência técnica e a extensão rural não podem estar focadas apenas nas atividades de mercado. É preciso olhar todas as condições para a melhoria da qualidade de vida no campo.

GLÊNIO MARTINS DE LIMA MARIANO, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG)

Ainda precisamos estabelecer uma coordenação entre os setores público e privado para a criação de uma agenda de longo prazo positiva para o açúcar e o etanol.

ELIZABETH FARINA, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)

PRIMEIROS PASSOS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A AGENDA mais urgente do novo governo, neste momento, remete à questão fiscal. Analisando-se de uma perspectiva ampla, a rigidez dos gastos imposta pela própria dinâmica do setor público, aliada aos dispositivos de engessamento orçamentário oriundos da própria Constituição de 1988, tornou a questão fiscal uma bomba-relógio a ser detonada em algum momento no Brasil. A solução temporária encontrada, a partir de 1998, pelo governo Fernando Henrique para evitar a detonação da "bomba fiscal" foi o aumento da carga tributária. Isso se deu por meio da criação de novas contribuições ou pelo aumento de alíquotas de tributos. Esse expediente foi seguido pelo governo Lula, particularmente ao longo do seu primeiro mandato. Esse processo permitiu a melhoria dos resultados fiscais da União, mesmo ante os aumentos de gastos verificados no período.

Nesse sentido, destaque-se que o tão celebrado ajuste fiscal promovido pelo governo Fernando Henrique e sustentado pelo governo Lula não foi construído, em momento algum, por corte de gastos públicos (que, aliás, seguiram crescendo celeremente). Os superávits primários gerados naquele período foram proporcionados a partir do puro aumento da carga tributária no País.

Logicamente, essa construção era uma solução temporária, uma vez que a solução fundamental, voltada à questão da contenção dos gastos públicos, nunca foi sequer tangenciada de fato (obviamente, pelas implicações políticas disso). Sob essa perspectiva, as reformas promovidas nos sistemas previdenciários privado e público apenas visaram desacelerar o ritmo de crescimento das despesas com benefícios no médio prazo, mas, nem de longe, equacionaram o problema como um todo.

Note-se que, analisando-se de um espectro mais amplo, a contenção de gastos públicos, tão discutida nos meios econômicos, deve estar aliada à melhoria da oferta em termos de qualidade e quantidade dos serviços públicos no Brasil. Em outras palavras, a questão do equacionamento fiscal não passa apenas pela diminuição dos gastos públicos, mas também pelo aumento da eficiência e da produtividade do setor público brasileiro.

Entretanto, desde fins do mandato do presidente Lula e ao longo dos anos da presidente Dilma, o Governo passou gradativamente a desconsiderar essa realidade no campo fiscal. Pior do que isso, o Governo passou a assumir, ao longo do primeiro mandato da presidente Dilma, que não havia a necessidade da geração de superávits primários expressivos, como os verificados em anos anteriores (esse ponto foi particularmente enfatizado pelos defensores da finada "Nova Matriz Econômica", enraizados no governo federal). Essa lógica, no campo prático, traduziu-se em uma aceleração dos gastos do Governo conjugada a um conjunto de isenções fiscais, que visavam beneficiar setores específicos da economia brasileira.

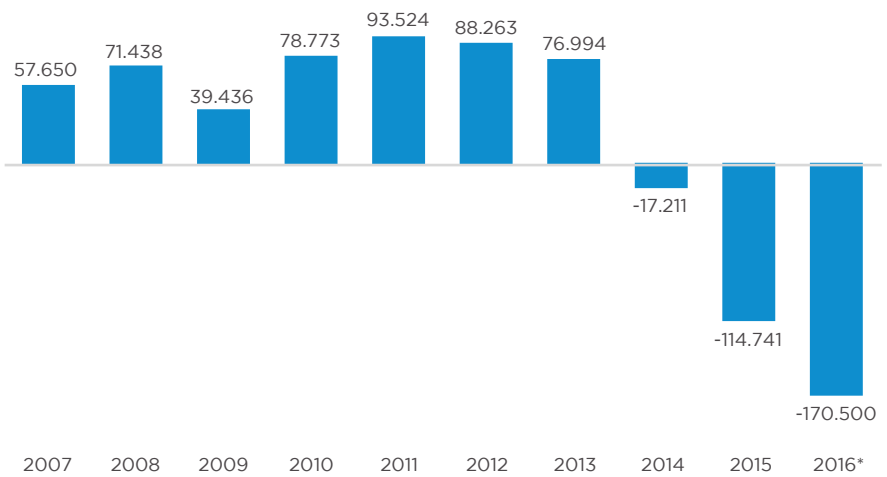
Como consequência disso, os resultados das contas públicas brasileiras deterioraram-se rapidamente ao longo dos últimos anos, levando o País a uma situação crítica ante o quadro de recessão econômica e consequente retração da arrecadação de impostos e contribuições. A solução "tampão", criada temporariamente nos governos anteriores para equacionar o problema fiscal e

centrada no aumento da carga tributária, evaporou completamente ante os desatinos do lado dos gastos públicos e das isenções promovidos pelo governo Dilma.

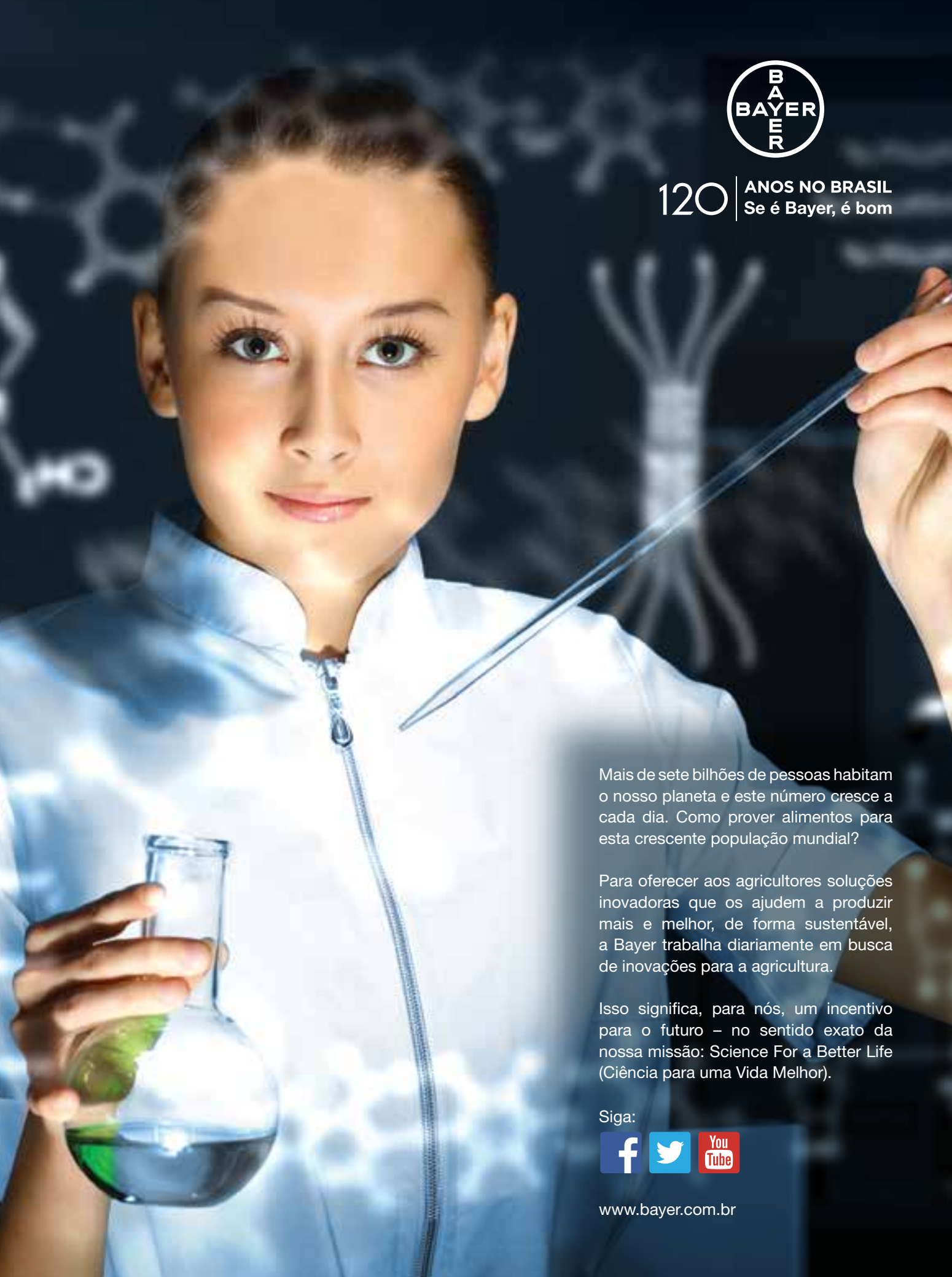
Como consequência disso, a urgência dos fatos impõe a um eventual governo Temer a necessidade imediata de lidar com a questão fiscal. Obviamente, existe um conjunto de gastos gerados pela própria ineficiência e pelo inchaço da máquina pública, promovidos pelo governo Dilma, que podem ser facilmente ajustáveis no curto prazo. Este ajuste, por si só, promoverá alguma melhora dos resultados nas contas públicas no curto prazo. As primeiras medidas já anunciadas apenas mostram boa vontade.

O problema maior, no entanto, remonta à questão fiscal fundamental descrita anteriormente, que só poderá ser equacionada ante a realização de reformas constitucionais, que deverão, necessariamente, passar pelo Parlamento. A dúvida é se o governo Temer terá força política para tal em um espaço de tempo curto e em um contexto político ainda fragmentado. Os próximos meses, sem sombra de dúvida, serão de muita emoção. ■

BRASIL: RESULTADO PRIMÁRIO DAS CONTAS PÚBLICAS



* Previsão do governo federal
Fonte: BCB


BAYER
120 ANOS NO BRASIL
Se é Bayer, é bom
Mais de sete bilhões de pessoas habitam o nosso planeta e este número cresce a cada dia. Como prover alimentos para esta crescente população mundial?
Para oferecer aos agricultores soluções inovadoras que os ajudem a produzir mais e melhor, de forma sustentável, a Bayer trabalha diariamente em busca de inovações para a agricultura.
Isso significa, para nós, um incentivo para o futuro – no sentido exato da nossa missão: Science For a Better Life (Ciência para uma Vida Melhor).
Siga:
You Tube
www.bayer.com.br

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

CONTROLE SANITÁRIO NOS JOGOS OLÍMPICOS

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tem desenvolvido diversas ações preparatórias para garantir o controle sanitário e a vigilância agropecuária dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Trabalho especial está sendo desenvolvido quanto à biossegurança do Centro Olímpico de Hipismo e à saúde dos cavalos que disputarão as provas equestres. Normas específicas foram elaboradas para garantir o controle sanitário dos cavalos atletas, dos cães-guia e dos produtos de origem vegetal e animal, tais como os alimentos importados destinados aos atletas e às delegações. Esses itens estão sujeitos ao controle a fim de evitar a entrada de pragas e doenças no País.

SHUTTERSTOCK



NOVO PRAZO PARA O CADASTRO DE LIVRE-COMÉRCIO NA AMÉRICA DO SUL

Um grupo de trabalho discutirá o aprofundamento e a ampliação do Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59), que tem como um dos principais objetivos formar uma área de livre-comércio entre o MERCOSUL, a Colômbia, o Equador e a Venezuela. O grupo debaterá, também, a ampliação do acesso dos produtos agropecuários brasileiros ao bloco andino. Tenta-se avançar nas discussões sobre a abertura definitiva do mercado colombiano aos produtos agrícolas, o que melhorará as condições de acesso do agronegócio brasileiro.

BIOINSETICIDA CONTRA *AEDES AEGYPTI*

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia realiza os últimos testes toxicológicos da nova geração de um bioinseticida capaz de matar as larvas do mosquito *Aedes aegypti* – transmissor de dengue, febre chicungunya e zika – sem prejudicar a saúde das pessoas e dos animais domésticos. Chamado Inova-Bti, o produto foi desenvolvido em parceria com o Instituto Mato-Grossense do Algodão (IMAmt) e poderá ser um importante aliado na eliminação do inseto.

35 PRAGAS NOVAS NO BRASIL

De 2005 para cá, 35 pragas novas foram apuradas nas culturas brasileiras. Essa falta de controle pode levar a perdas de 80% a 90% nas lavouras. Recentemente, apareceram três espécies inéditas: *Helicoverpa punctigera*, no Ceará; mosca-da-haste-da-soja (*Melanagromyza* sp.), no Rio Grande do Sul; e *Amaranthus palmeri*, no Mato Grasso do Sul. Somente no monitoramento da *Helicoverpa armigera*, a Embrapa priorizou 141 municípios da região do Cerrado para efeito de monitoramento. "Como novas pragas estão na iminência de chegar ao País, é preciso aplicar análises geoespaciais para subsidiar o planejamento das medidas de contenção e controle", afirma Claudio Spadotto, gerente-geral da Embrapa Gestão Territorial.

MERCADO DE TRABALHO

NINGUÉM PASSARÁ ILESO

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

ATUALMENTE, A inflação é um dos principais problemas da economia brasileira. Embora os preços ainda estejam crescendo a taxas bastante elevadas (9,3% acumulados nos últimos doze meses até abril pelo IPCA), há claros sinais de que a inflação esteja desacelerando. Ainda que esta desaceleração seja uma boa notícia, é importante ter claro que o ajuste dos preços está sendo feito essencialmente sobre o mercado de trabalho. Em poucas palavras, para colocar a inflação em patamar mais razoável, a economia brasileira está derrubando os salários. Embora este seja um processo doloroso e cruel, infelizmente não há alternativas. Pior: os últimos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sugerem que ninguém está passando ileso por esse ajuste, nem o mercado de trabalho das atividades agropecuárias.

INFLAÇÃO EM 2015: ELEVAÇÃO GENERALIZADA

Ao longo de 2015, a inflação (medida pelo IPCA) subiu de forma ininterrupta, fechando o ano em 10,7%. Diversos analistas apontaram o realinhamento dos preços monitorados (gasolina, óleo diesel, energia elétrica, correios, plano de saúde individual



SHUTTERSTOCK

etc.) como o grande responsável pela inflação de dois dígitos. Embora, de fato, os preços monitorados tenham aumentado fortemente (18%), eles não foram os únicos responsáveis pela elevada inflação de 2015. Por exemplo, ao excluir os preços monitorados do índice geral do IPCA, tem-se os chamados preços livres, que aumentaram 8,5% no ano passado.

Por trás dessa elevada inflação nos chamados preços livres, merecem destaque:

- o forte choque cambial ao longo de 2015 (desvalorização de 46,7% do real frente ao dólar);
- a elevação dos preços dos alimentos (12%); e
- a persistente inflação do setor de serviços (8,1%).

INFLAÇÃO EM 2016: DESACELERANDO DE FORMA QUASE GENERALIZADA

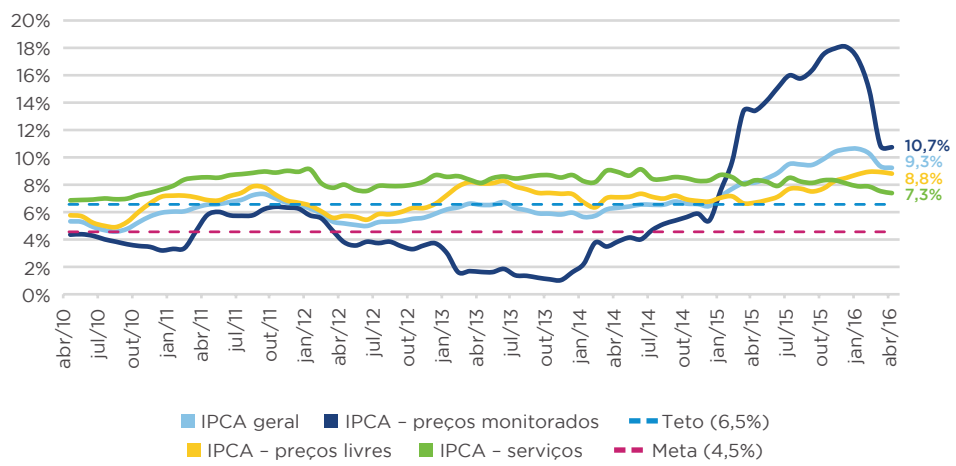
Felizmente, o quadro inflacionário de 2015 tem sido paulatinamente desmontado em 2016. Com exceção da inflação de alimentação e bebidas, que, nos quatro primeiros meses do ano, já acumula alta de 5,8%, os demais preços que contribuíram para a alta de 2015 têm registrado, no mínimo, desaceleração:

- Como boa parte do alinhamento dos preços monitorados foi feita em 2015, estes preços subiram "apenas" 2,5% neste ano até abril;
- Embora ainda exista uma grande incerteza a respeito de qual será o valor da taxa de câmbio ao final de 2016, até o momento o real já se valorizou mais de 7,5% ao longo deste ano, reduzindo a pressão do dólar sobre a inflação brasileira;
- A inflação de serviços também tem desacelerado: alta de 7,3% nos últimos doze meses contra 8,1% nos doze meses de 2015.

REDUZINDO A INFLAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS

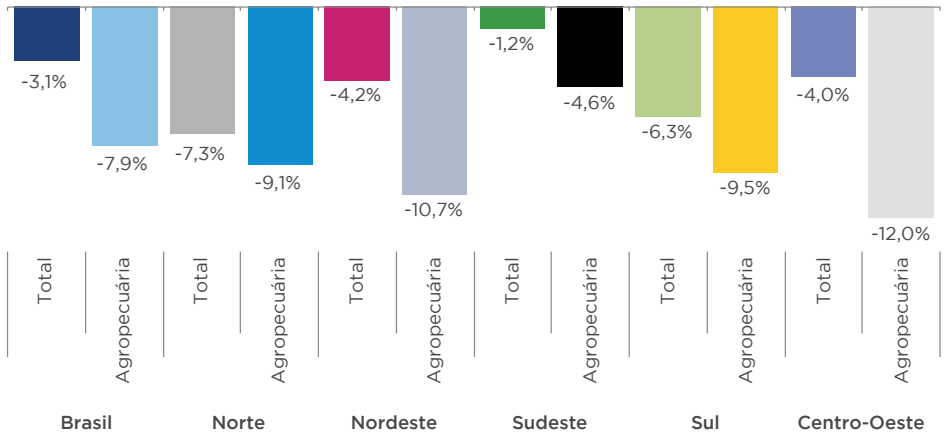
Devido à sua persistência, a desaceleração da inflação de serviços merece especial destaque. Há tempos, os preços deste setor vinham operando bem acima até mesmo do teto da meta (6,5%). Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014, os

INFLAÇÃO BRASILEIRA PELO IPCA: GERAL, PREÇOS MONITORADOS, PREÇOS LIVRES E SERVIÇOS
(% A.A.)



Fonte: IBGE; Banco Central

RENDIMENTO MÉDIO REAL: VARIAÇÃO ENTRE OS 1º TRIMESTRE DE 2015 E 1º TRIMESTRE DE 2016



Fonte: IBGE

preços do setor de serviços cresceram, em média, 8,5% a.a.

Controlar uma inflação no setor de serviços é um processo doloroso e cruel, pois implica, essencialmente, derrubar salários. Em geral, mão de obra é o principal insumo de produção deste setor. Logo, para conter a inflação no setor de serviços, é necessário conter a alta do custo (salários) do seu principal fator de produção (mão de obra). Como, em termos nominais, o espaço para redução de salários é bastante limitado, há apenas dois instrumentos para recolocar o custo de mão de obra em uma trajetória de equilíbrio, sendo o primeiro deles:

- a própria inflação, que vai paulatinamente corroendo o poder de compra dos salários, recolocando-os em uma trajetória de equilíbrio de longo prazo; e,

- como esse processo é lento, em geral entra em ação o outro instrumento: o desemprego, que derruba salários por meio de uma menor demanda por mão de obra.

Por mais que seja doloroso e cruel, é justamente isso que tem acontecido na economia brasileira, por meio de uma forte recessão. E o pior é que esse processo é inevitável. Logo, quanto mais rápido a economia fizer esse ajuste, menor será o custo social desse processo sobre a população.

O AJUSTE DA INFLAÇÃO É SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

Na última década, os salários subiram fortemente. De acordo com os números da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, entre dezembro de 2004 e dezembro de 2014 o rendimento médio real mensal da população ocupada nas principais regiões metropolitanas do Brasil aumentou de R$ 1.755,00 para R$ 2.434,00 – um crescimento de 38,7% acima da inflação. Como a produtividade não expandiu na mesma intensidade, a mão de obra ficou cada vez mais cara. Embora esse processo tenha permitido a incorporação de uma fração cada vez maior da população ao mercado de consumo – processo que ficou conhecido como a emergência da nova classe média –, por não ser acompanhado por uma expansão da produtividade, ele era insustentável.

Parte importante do que está acontecendo atualmente no mercado de trabalho é uma correção desse excesso. De acordo com os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, também do IBGE, a taxa de

desemprego saltou de 6,5%, no último trimestre de 2014, para 10,9%, no primeiro trimestre de 2016. Isso adicionou 4,6 milhões de trabalhadores ao total de pessoas desempregadas (11,1 milhões) e derrubou os rendimentos médios em 2,3% no período. A queda dos salários tem contribuído para segurar a inflação ao, de um lado, reduzir o custo da mão de obra e ao, de outro, contrair a demanda no mercado interno. Por mais que seja doloroso e cruel, esse ajuste é necessário.

NINGUÉM PASSARÁ ILESO POR ESSE AJUSTE

Desde 2013, os números da PNAD Contínua, do IBGE, vinham sugerindo que o mercado de trabalho nas atividades agropecuárias apresentava um comportamento distinto da média nacional. Enquanto o rendimento médio nas atividades agropecuárias crescia em uma intensidade maior do que no restante da economia, sua população ocupada contraía mais fortemente.

Entretanto, os últimos números divulgados pelo IBGE sugerem que o ajuste sobre o mercado de trabalho também chegou às atividades agropecuárias. Enquanto a população ocupada passou a encolher em linha com o restante da economia, o rendimento médio, desde o segundo trimestre de 2015, passou a encolher em uma intensidade ainda maior. Infelizmente, esta contração tem sido praticamente generalizada para todas as regiões brasileiras, com especial destaque para a região Centro-Oeste.

Por fim, ainda não estão claros os motivos que impulsionaram a deterioração no mercado de trabalho das atividades agropecuárias, pois o setor conta com uma perspectiva de crescimento entre 1,5% e 2,0% neste ano. Fatores como maior dificuldade de acesso ao crédito, forte endividamento de algumas cadeias e fatores climáticos adversos podem explicar essa dinâmica. Porém, mesmo que ainda não se saiba o que explica a deterioração no mercado de trabalho do setor, está claro que nem as atividades agropecuárias passarão ilesas pelo ajuste na economia. ■

SHUTTERSTOCK



> O SETOR QUE É O MOTOR DA NOSSA ECONOMIA CONTINUA CARREGANDO O PAÍS. E CONTA COM A AJUDA DA GIG.

A GIG É MAIS DO QUE UM AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, ASSESSORIA DE IMPRENSA OU CONSULTORIA. POR ISSO, FAZ MAIS DO QUE CONTAR HISTÓRIAS. REUNINDO VÁRIAS INTELIGÊNCIAS, A GIG PLANEJA, CRIA ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E MOSTRA PARA O MUNDO TODO O VALOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO. ANDEF, ASSOCON, CITRUSBR, ABIEC, MONSANTO, AGRO TOOLS, AGROCONSULT, ÚNICA, GRUPO RONCADOR E OUTROS GRANDES NOMES DO NOSSO AGRONEGÓCIO TÊM HISTÓRIAS DE SUCESSO COM A GIG. VENHA FAZER A SUA.

WEAREGIG.COM
CONTATO@WEAREGIG.COM
+55 11 2308.8854

PIB BRASILEIRO: QUEDA DE
*3%**

AGRONEGÓCIO: EXPANSÃO DE
*2,4%***



GIG GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI

*De acordo com as estimativas de economistas independentes, analistas de bancos e corretoras. **Em 2015, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

LARANJA

FECHAMENTO DA SAFRA 2015/16

A SAFRA de laranja 2016/17 do principal parque citrícola do Brasil – que engloba 349 municípios de São Paulo e Minas Gerais – deverá ser de 245,74 milhões de caixas de 40,8 kg, segundo estimativa do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus).

A produção estimada é 18% menor do que a da safra 2015/16, na qual foram colhidos 300,65 milhões de caixas de laranja. A quebra deve-se, principalmente, às altas temperaturas na época da florada, que causaram a queda das flores e chumbinhos (frutinhos).

As variedades mais atingidas foram as tardias, que terão um volume 20% menor do que na safra anterior. Do total, cerca de 9,59 milhões de caixas deverão ser colhidos no Triângulo Mineiro, principal região produtora de Minas Gerais. A produtividade média por árvore diminuiu em 19% na safra atual, com a estimativa de 1,40 caixa/árvore, contra 1,73 caixa/árvore na safra passada.

O número médio de frutos por árvore em abril de 2016, sem considerar a queda que ocorrerá ao longo da safra, foi mensurado em 430 frutos por árvore, 14% menor em comparação com abril de 2015, e a taxa média de queda estimada é de 15% até o final da safra.

A Pesquisa de Estimativa de Safra foi realizada, de 28 de março a 28 de abril de 2016, por meio da derriça (colheita total) de 2.200 árvores distribuídas em todo o parque citrícola, de acordo com idade, variedade e região. O trabalho é realizado pelo Fundecitrus em cooperação com a Markestrat, a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP).

Saiba mais: http://www.citrusbr.com/. ■

QUEDA NO RENDIMENTO INDUSTRIAL

O rendimento industrial de 302,2 caixas necessárias para a produção de 1 tonelada de FCOJ equivalente é o pior já registrado na história da citricultura paulista e 25,7% menor do que as 240,5 caixas por tonelada de FCOJ equivalente obtidas na safra 2014/15.

A piora tem como causa as chuvas acima da média provocadas pelo fenômeno El Niño durante os meses de pico de colheita. Como resultado, não apenas o percentual de suco na fruta caiu, mas aumentou o percentual de casca e polpa.

Também foi possível observar que o Brix médio da fruta recebido nas indústrias caiu de 12,0 °Bx, na safra 2014/15, para 10,2 °Bx, na safra 2015/16. Esta queda causou enorme dificuldade na produção do suco de laranja pasteurizado, o chamado NFC.

Além das dificuldades técnicas para a produção de suco pasteurizado, a drástica queda do rendimento industrial de suco na safra 2015/16 fez com que as indústrias deixassem de produzir 221.877 toneladas de FCOJ, ou 323 milhões de libras de sólidos solúveis para o mesmo volume de laranja proveniente dos pomares paulistas, processado e pago a seus fornecedores.

CINTURÃO CITRÍCOLA: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DO RENDIMENTO INDUSTRIAL

SAFRA	Milhões de caixas*	Rendimento (caixas por tonelada de FCOJ)**
2011/12	428,00	265,36
2012/13	385,40	263,54
2013/14	289,90	282,00
2014/15	311,40	240,50
2015/16	300,65	302,25
2016/17	245,75	–

Fonte: * Fundecitrus; ** CitrusBR

CONJUNTURA DO MILHO

PRODUTO IMPORTADO MAIS BARATO DO QUE O NACIONAL

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

SEGUNDO ESTIMATIVA da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de milho na safra 2015/16 deverá cair 5,6% em relação à produção da safra 2014/15 – isso representa 4,71 milhões de toneladas a menos. Se, por um lado, a oferta está reduzida, por outro, a demanda continua firme.

Nesse cenário, a baixa disponibilidade de milho levou o governo federal a tomar algumas medidas importantes. Uma delas foi zerar a alíquota de importação do cereal de países de fora do MERCOSUL. A medida valerá por seis meses ou até o atingimento da cota de 1 milhão de toneladas.

O volume é pequeno, mas pode dar um alívio do lado da oferta, até que a colheita do milho 2ª safra de 2015/16 ganhe força. O plano é favorecer as importações do grão dos Estados Unidos, cuja produção deverá ser maior em 2016/17. De fato, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima a produção norte-americana em 366,54 milhões de toneladas de milho na safra atual, frente aos 345,49 milhões de toneladas colhidos em 2015/16.

O Brasil já vem comprando milho da Argentina e do Paraguai desde o começo do ano, beneficiado pela tarifa zero entre os países do MERCOSUL e pelos preços competitivos nos países vizinhos. De janeiro a abril, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Brasil importou 243,65 mil toneladas de milho grão, sendo 49,2% da Argentina e 50,8% do Paraguai.

Os importadores são basicamente as grandes empresas e cooperativas brasileiras integradoras de aves e suínos. Para uma comparação, nesse mesmo período de 2015, as importações brasileiras de milho somaram 117,16 mil toneladas.

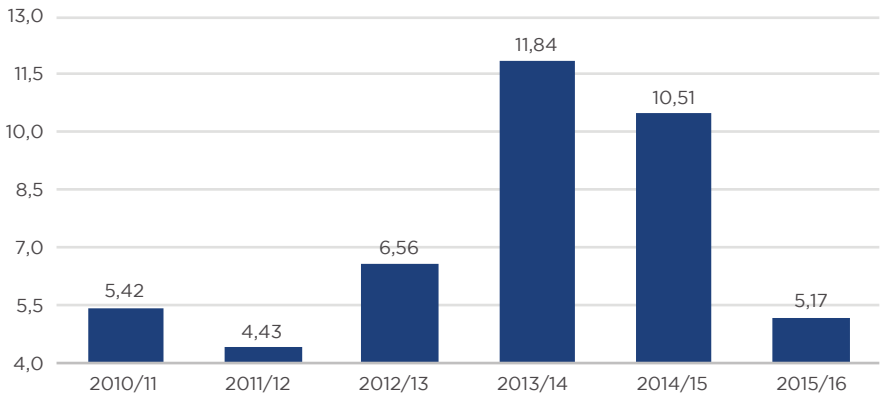
Um ponto importante e decisivo é a competitividade do produto importado em relação ao nacional, tomando por base o preço no Porto de Paranaguá. O preço médio do milho argentino no primeiro quadrimestre de 2016 foi de US$ 165,49 por tonelada (FOB). Já o milho paraguaio chegou a ser ainda mais barato, cotado, na média, em US$ 127,13 por tonelada (FOB).

BRASIL: IMPORTAÇÕES DE MILHO
(DE JANEIRO A ABRIL DE 2016)

ORIGEM	US$ FOB	Peso líquido (kg)	US$/t
Argentina	19.843.778	119.906.530	165,49
Paraguai	15.731.218	123.743.880	127,13

Fonte: MDIC; compilação pela Scot Consultoria

BRASIL: ESTOQUES FINAIS DE MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Conab

Em abril, os preços subiram na Argentina e no Paraguai, até em função da própria demanda aquecida por parte do Brasil. Ainda assim, seus preços são mais competitivos frente aos vigentes no mercado nacional. O milho importado da Argentina custou, em média, durante abril deste ano, US$ 166,35 por tonelada, e o paraguaio, US$ 140,50 por tonelada, ambos FOB do Porto de Paranaguá.

MILHO BRASILEIRO MAIS CARO

Tomando por base a taxa de câmbio de R$ 3,50 por dólar, o preço do milho importado do Paraguai, em abril último, estava em R$ 491,75 (US$ 140,50) por tonelada, FOB (Paranaguá). Com o custo do frete de R$ 250,00 (US$ 71,43), este produto chegará à região norte do Mato Grosso por R$ 741,75 (US$ 211,93) por tonelada. Isso corresponde a R$ 44,50 por saca de 60 quilos, enquanto a referência de preços no local varia de R$ 44,00 até R$ 47,00 por saca de 60 quilos.

No caso do milho argentino, ao custo de importação de R$ 582,22 (US$ 166,35) por tonelada acrescenta-se o valor do frete de R$ 175,00 (US$ 50,00) por tonelada para levar o produto do Porto de Paranaguá à região de Campinas, no estado de São Paulo. A soma totaliza R$ 757,23 (US$ 216,35) por tonelada. Isso equivale a R$ 45,43 a saca de 60 quilos. Atualmente, o preço de referência no local é de R$ 50,00, ou seja, superior ao produto importado.

QUEBRA DE SAFRA NO BRASIL

O baixo estoque de milho no Brasil é o principal fator de alta das cotações no mercado interno. Os volumes da safra atual estão estimados em 5,17 milhões de toneladas, frente aos 10,51 milhões de toneladas ao final da safra 2014/15. É o menor número desde a safra 2011/12.

A Conab estima uma produção total de 79,96 milhões de toneladas de milho na safra 2015/16, volume 4,71 milhões de toneladas inferior ao da safra 2014/15. O motivo foi a queda da produção na primeira safra (verão) e na segunda safra (inverno). A falta de chuvas, em especial no Centro-Oeste, prejudicou o desenvolvimento das lavouras da segunda safra, com queda na produtividade.

Diante dessa colheita melhor, mas com uma demanda interna firme, as exportações aquecidas enxugaram milho do mercado.

Desde 2012/13, o Brasil dobrou a exportação de milho, para em torno de 20 milhões de toneladas, quando a produção de milho 2ª safra ganhou força, com a colheita da região Centro-Oeste.

O quadro conjuntural do cereal é dramático. Falta milho na região Sul, a grande produtora de aves e suínos do País. Desta forma, o grande desafio é amenizar a situação de escassez do produto na região. ■

CADEIA DO VINHO

MODELO DE RASTREABILIDADE PARA EXPORTAÇÃO UTILIZANDO RFID E SENSORES[1]

ROBERTO FRAY DA SILVA
Doutorando em Engenharia Elétrica na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EP-USP)

CARLOS EDUARDO CUGNASCA
Professor livre-docente do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (PCS/EP-USP)

NAS ÚLTIMAS décadas, observou-se um aumento da presença dos vinhos nacionais no mercado internacional. Segundo dados oficiais (AliceWeb/MDIC), no ano de 2015 foi exportado 1,34 milhão de litros de vinho (US$ 3,59 milhões). Observou-se, também, um crescimento da exigência por qualidade e rastreabilidade de produtos de alto valor agregado das cadeias agroindustriais, como vinho, café e produtos orgânicos. Isso resulta na necessidade de desenvolvimento de sistemas de monitoramento dos produtos que permitam o acompanhamento da qualidade e dos processos de produção ao longo de toda a cadeia, como as tecnologias de identificação por radiofrequência (RFID) e as redes de sensores sem fio (RSSF).



SHUTTERSTOCK

A tecnologia de RFID possibilita que etiquetas sejam colocadas nas caixas e nos páletes dos produtos e lidas por meio de ondas eletromagnéticas, emitidas por leitores RFID. O seu uso permite que as caixas sejam acompanhadas ao longo da cadeia, reduzindo a ocorrência de roubos, perdas, misturas de lotes e erros no abastecimento de gôndolas.

A tecnologia de RSSF possibilita que sensores instalados nos diferentes meios de transporte e pontos de parada dos produtos coletem informações sobre variáveis ambientais. As RSSF conectam-se a computadores para o envio das informações a um servidor, no qual estas serão analisadas e consultadas.

Empregando as tecnologias de RFID e RSSF, uma pesquisa da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EP-USP), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visa desenvolver um modelo para superar algumas das principais limitações do sistema de rastreabilidade atual da cadeia do vinho, por meio da coleta de dados, da troca de informações entre agentes e da disponibilização destas ao consumidor. A proposta permitirá um melhor controle do produto ao longo da cadeia, considerando a localização e os processos pelos quais este passou, além de possíveis perdas de qualidade. É importante destacar que o acesso a determinadas informações só pode ser realizado por agentes específicos da cadeia.

FUNCIONAMENTO DO MODELO

A cadeia do vinho conta com sete etapas, iniciando-se com a produção das uvas e terminando com a venda da garrafa de vinho para o consumidor. Na primeira etapa, ainda na fazenda, uma RSSF é instalada para monitorar a temperatura, a umidade relativa e a luminosidade do ambiente e o potencial hídrico do solo. Todos os processos realizados são inseridos no sistema pelo produtor, incluindo uso e quantidade de insumos.

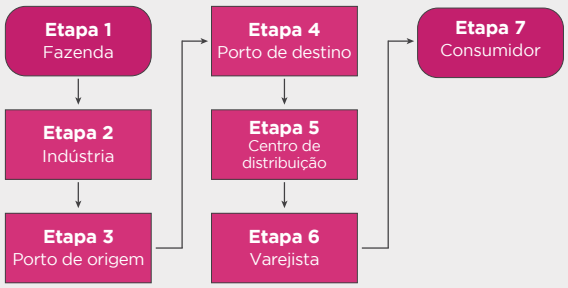
A Etapa 2 ocorre na indústria e se relaciona à produção do vinho. As garrafas são acomodadas em caixas, e uma etiqueta RFID é colocada em cada caixa. Os páletes são montados e recebem uma etiqueta RFID, sendo carregados em contêineres e enviados ao terminal portuário via modal rodoviário. As leituras das etiquetas ocorrem de forma automática. Atualmente, etiquetas de códigos de barras são utilizadas em vez das etiquetas RFID, e as leituras precisam ser realizadas manualmente. Isso pode resultar em erros e aumento nos tempos da etapa.

RSSF são montadas em todas as etapas para acompanhar as condições do ambiente às quais o produto está exposto. As informações e os dados coletados são transmitidos a um servidor na nuvem, utilizando conexão WLAN, caso esta esteja presente, ou tecnologia GPRS.

As Etapas 3 e 4 relacionam-se ao trânsito do produto entre os portos nacional e do país de destino. Os dados são enviados em intervalos de tempo específicos. No processo atual, os dados da temperatura à qual o produto foi exposto só podem ser conferidos na Etapa 5. Isso pode aumentar o tempo de resposta no caso da ocorrência de problemas durante o transporte do produto.

Após chegar ao porto de destino, o contêiner segue para o centro de distribuição (Etapa 5). Neste, ele será aberto e os páletes serão retirados, sendo estes, então, enviados aos varejistas ou atacadistas (Etapa 6). É possível, também, que estes sejam desmembrados, e as caixas resultantes, enviadas para varejistas, sem que ocorra perda da rastreabilidade do produto. Atualmente, nas Etapas 5 e 6, a leitura das etiquetas de códigos de barras precisa ser feita manualmente.

CADEIA DE SUPRIMENTOS DO VINHO PARA EXPORTAÇÃO



A Etapa 7, relacionada à compra da garrafa pelo consumidor, é a única que não conta com coleta obrigatória de informações, para manter a privacidade. O consumidor pode responder a um questionário *online* relacionado ao produto e à experiência de compra e utilizar o código na etiqueta da garrafa para verificar, via *web*, as informações do produto.

Uma vantagem do modelo proposto é que, caso ocorra algum problema ao longo da cadeia, o responsável pela etapa em questão irá receber notificações, via SMS e e-mail, para que possa analisar o problema e tomar possíveis ações corretivas.

A pesquisa continua em andamento. As próximas etapas previstas são: uso de simulação computacional para estimar o custo total e de operação do sistema, a ocorrência de falhas e as mudanças nos tempos de ocorrência das etapas; coleta de *feedback* de agentes da cadeia; estudo-piloto em uma fazenda; e ensaios em laboratório para a identificação das dificuldades operacionais na implementação do modelo.

O resultado final da pesquisa será publicado em edição futura da ***Agroanalysis***. ■

1 Este artigo resume os resultados obtidos em uma pesquisa conduzida na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EP-USP) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tal pesquisa visa propor um modelo para o acompanhamento do vinho voltado à exportação, utilizando as tecnologias de identificação por radiofrequência (RFID) e as redes de sensores sem fio (RSSF).

PLANO SAFRA 2016/17

MESMO MAIS CARO, VALE A PENA TOMAR O CRÉDITO RURAL

DA REDAÇÃO

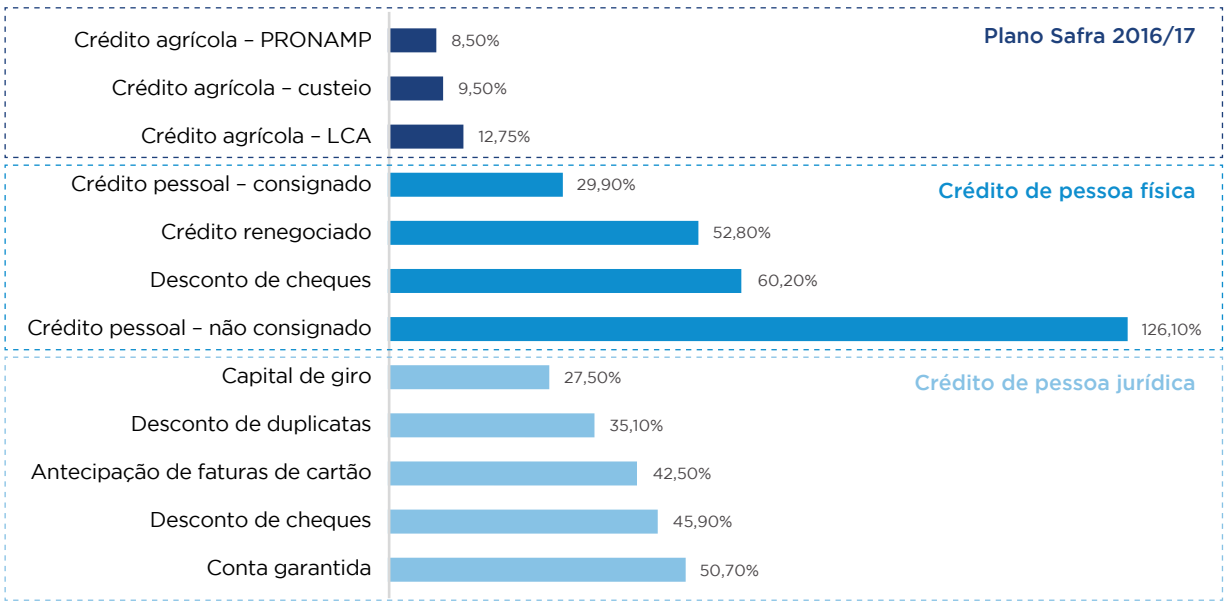
PARA O Plano Agrícola e Pecuário de 2016/17, o Governo aumentou o crédito para custeio com juros controlados. No entanto, R$ 53 bilhões – 26% de todo volume de crédito – ainda terão como fonte as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), com juros de 12,75%. Apesar de mais elevada, esta taxa está abaixo das oferecidas pelo setor financeiro e, também, do retorno de algumas modalidades de investimento. Ou seja, mesmo com custo mais alto, ainda pode valer a pena para o produtor tomar o crédito e manter seu próprio dinheiro investido no banco.

Embora a elevação das taxas de juros das linhas oficiais de crédito agrícola, com certeza, não agrade o setor, o fato é que, ao longo dos últimos doze meses, as taxas de juros subiram para todas as linhas de crédito, tanto para pessoas físicas, quanto para pessoas jurídicas. Com a elevação da taxa Selic e o aumento da inadimplência, aumentaram o custo de captação dos bancos e o correspondente *spread* bancário. Logo, o crédito como um todo ficou mais caro.

Enfim, para os agentes no universo agro, apesar da elevação das taxas de juros das linhas oficiais, estas continuam sendo, de longe, as suas opções mais baratas de financiamento.

Se, por um lado, esse ambiente de taxa Selic mais alta encarece o crédito, por outro, aumenta o ren-

TAXAS MÉDIAS DE JUROS POR MODALIDADE DE CRÉDITO
(% A.A.)



Fonte: Banco Central

dimento das aplicações em renda fixa. Pode até ser mais rentável para um produtor alocar seus recursos próprios em uma aplicação financeira e, para financiar a produção, captar o maior volume possível de crédito via linhas oficiais.

Por exemplo, suponha que um produtor tenha acesso a um fundo de investimentos que opere com LCAs e que pague, em termos líquidos (isto é, já descontados a taxa de administração e os demais custos operacionais), 92% do CDI (uma taxa relativamente conservadora). Caso as projeções do Banco Central para a taxa Selic, cujos valores servem de referência para o CDI, realmente ocorram (Selic a 14,25%, em julho 2016, e a 12,75%, em junho de 2017), a aplicação oferecerá um rendimento médio de 12,47% ao longo da safra 2016/17, um retorno superior ao custo do crédito oficial. Assim, se o produtor mantivesse R$ 1 milhão investido a 12,47% a.a. e tomasse a mesma quantidade de crédito a 9,5% a.a. (custo médio do crédito de custeio a taxa controlada) para custear sua produção, ao final de um ano o retorno com a aplicação financeira seria R$ 30 mil superior ao custo do empréstimo (exemplo 1).

Para a decisão sobre o uso do crédito rural para a realização de investimento na produção, a lógica é a mesma. Como exemplo, podemos considerar

EXEMPLO 1: RETORNO OBTIDO COM INVESTIMENTO EM LCA *VERSUS* TOMADA DE CRÉDITO OFICIAL PARA CUSTEIO DA SAFRA

Retorno do investimento de R$ 1 milhão em LCA ao final de um ano	Custo do crédito de R$ 1 milhão ao final de um ano	Diferença positiva para o produtor
Taxa de juros da aplicação em LCA: 12,47% a.a.	Taxa de juros controlada para custeio: 9,5% a.a.	
R$ 125 mil	R$ 95 mil	R$ 30 mil

EXEMPLO 2: RETORNO OBTIDO COM INVESTIMENTO EM LCA EM CINCO ANOS *VERSUS* TOMADA DE CRÉDITO OFICIAL PARA INVESTIMENTO

	Moderfrota Valor financiado: R$ 200 mil Taxa de juros: 9,5%[1]	**LCA** Valor do investimento: R$ 200 mil			**Saldo após pagamento do equipamento (B - A)**
	Prestação (capital + juros) (A)[2]	**92% do CDI (taxa a.a.)[3]**	**Valor investido**	**Retorno do investimento ao final do ano (B)**	
Ano 1	R$ 58.569	12,5%	R$ 200.000	R$ 224.940	R$ 166.371
Ano 2	R$ 54.855	11,7%	R$ 166.371 (R$ 224.940 - R$ 58.569) (B - A, do primeiro ano)	R$ 185.870	R$ 131.014
Ano 3	R$ 51.141	11,0%	R$ 131.014 (R$ 185.870 - R$ 54.855)	R$ 145.387	R$ 94.245
Ano 4	R$ 47.428	10,2%	R$ 94.245 (R$ 145.387 - R$ 51.141)	R$ 103.877	R$ 56.450
Ano 5	R$ 43.714	9,5%	R$ 56.450 (R$ 103.877 - R$ 47.428)	R$ 61.795	**R$ 18.082** ← Saldo final, após pagamento da última prestação.
Total pago com financiamento: R$ 255.707			**R$ 18.082**	**Saldo final, após pagamento da última prestação do financiamento**	

Nota: Os cálculos apresentados representam apenas uma simulação com o intuito de subsidiar sua decisão. A contratação do financiamento pode estar sujeita a outras taxas não consideradas, como seguro
1 Foi considerada a taxa de juros intermediária prevista para o Moderfrota, que pode variar de 8,5% a 10,5%
2 Apesar de a taxa de juros anunciada ser anual, o pagamento dos juros é semestral, o que altera o resultado do cálculo da parcela paga em um ano
3 Com a estabilização da economia, prevista para ocorrer ao longo dos próximos anos, a taxa Selic deverá cair gradualmente. Assim, para a simulação, no primeiro ano foi considerado o retorno esperado por um investimento atual em LCA (12,47%); para os anos seguintes, considerou-se uma queda anual de 0,75%, a fim de igualar, no quinto ano, o retorno do LCA à taxa de juros do financiamento

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO SAFRA
(R$ BILHÕES)

	2014/15	2015/16 (B)	2016/17 (A)	Variação % (A/B)
1. Custeio e comercialização	112,0	147,5	168,8	14,4%
Juros controlados	89,0	94,5	115,8	22,5%
Juros livres	23,0	53,0	53,0	1,9%
2. Investimentos	44,1	40,2	34,0	-15,4%
Juros controlados	43,7	33,0	34,0	3,0%
Juros livres	0,4	7,2	–	–
Total (1 + 2)	156,1	187,7	202,8	8,0%

Fonte: MAPA

AUMENTO DA TAXA DE JUROS CONTROLADA NA SAFRA 2016/17

LINHAS	Safra 2015/16	Safra 2016/17
Custeio	8,75%	9,50% a 11,25%[1]
PRONAMP Custeio FUNCAFÉ	7,75% 8,75% a 10,50%	8,50% 9,50% a 11,25%[2]
Investimentos		
Moderinfra (irrigação), PCA, INOVAGRO e PRONAMP	7,50%	8,50%
PRODECOOP, Prorenova, Moderagro	8,75%	9,50%
Moderfrota PROCAP-AGRO ABC Prorenova	7,50% a 9,00% 7,50% a 10,50% 7,50% a 8,00% TJLP + outros	8,50% a 10,50%[3] 8,50% a 12,00%[4] 8,00% a 8,50%[5] 75% da TJLP+ 25% da Selic

1 Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP); 2 FUNCAFÉ (giro); 3 De acordo com a Receita Operacional Bruta (ROB): até R$ 90 milhões, 8,50%; acima de R$ 90 milhões, 10,50% ; 4 Cotas partes e giro; 5 Agricultura de Baixo Carbono (ABC)
Fonte: MAPA

o caso de um produtor que queira comprar um trator ou um implemento agrícola no valor de R$ 200 mil. Ele poderia decidir:

1ª opção: comprar o item com recursos próprios; ou

2ª opção: investir seu dinheiro em LCA e financiar 100% do valor do item, com pagamento em cinco anos, por meio do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota).

Caso decida tomar o crédito a juros de 9,5% a.a. (faixa intermediária do Moderfrota) e investir seu dinheiro – ou seja, tenha escolhido a segunda opção –, ao final de cinco anos esse produtor terá pagado todo o financiamento, no total de R$ 255.707 (capital financiado + juros), e ainda sobrarão R$ 18.082, resultantes do saldo do investimento da LCA. A cada final de ano, o produtor pagará a prestação do financiamento com parte do montante investido, mantendo aplicado em LCA o saldo restante (exemplo 2).

O NOVO PLANO SAFRA

Pressionado pela gravidade da dívida pública, assim como na safra passada, o ajuste fiscal gradativamente toca a agricultura. Nesse contexto, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) priorizou a operação de custeio. É uma visão para atender a demanda por capital de giro do produtor no curto prazo. O montante de recursos, com juros controlados, para o custeio e comercialização, de R$ 115,8 bilhões, está próximo do orçamento da safra de grãos no verão.

O limite de crédito por produtor aumentará em 10%, passando de R$ 1,20 milhão para R$ 1,32 milhão. Já

OUTRAS MEDIDAS

- A compra de animais para recria e engorda na pecuária passa a ser considerada custeio, e não investimento, o que proporcionará mais recursos e agilidade na contratação do crédito.
- O Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) prevê incentivos à aquisição de painéis solares e caldeiras para geração de energia autônoma em cultivos irrigados.
- No café, houve a elevação do limite de financiamento para estruturas de secagem e beneficiamento no Moderfrota.
- No Programa ABC (Agricultura de Baixa Emissão de Carbono), o Governo espera incentivar o plantio de açaí, dendê e cacau na Amazônia.

no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), o aumento do limite de crédito para custeio foi de R$ 710 mil para R$ 780 mil. Em ambos os casos, o aumento representa praticamente a correção pela inflação, para manter o valor real.

O tópico mais sensível, sem dúvida, ficou por conta da elevação da taxa de juros controlada. No custeio, o aumento médio foi de 8,75% para 9,50%, enquanto, no PRONAMP, alterou-se de 7,75% para 8,50%. Nos investimentos, os ajustes variaram conforme a linha, de 8,5% a 12,0% (antes, estavam entre 7,5% e 10,5%).

A OPÇÃO DOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO

Para fechar as contas, o Governo anuncia a diversificação das fontes de recursos tomados no mercado de capitais, em títulos do agronegócio, com novas regras para as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), chanceladas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na safra 2015/16, 50% das LCAs emitidas pelos bancos e lastreadas em direitos de crédito por empréstimos com recursos de depósito à vista ou poupança rural deveriam ser direcionados para o produtor rural a taxas livres. Com essa medida, a expectativa do Governo era dar uma injeção de R$ 30 bilhões ao setor, algo que não aconteceu.

Agora, 35% das LCAs, independentemente do lastro, deverão ser direcionados para o produtor rural, sendo: 15% a taxa de juros controlada de 12,75% a.a., e 20% a juros livres. Espera-se que essa nova dinâmica resulte em operações de R$ 10,25 bilhões a juros controlados e outros R$ 30 bilhões a juros livres para custeio e comercialização. Resta aguardar como os bancos reagirão a esse novo sistema de direcionamento, em termos da obrigatoriedade de emprestar a juros controlados.

Para os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), uma Medida Provisória deverá ser submetida ao Congresso Nacional para permitir operações com correção e lastro em moeda estrangeira. O objetivo é atrair capital externo, com o ingresso de recursos de R$ 12 bilhões, neste ano, e de R$ 40 bilhões a R$ 60 bilhões, em 2017.

Para custear a última safra (2015/16), a parcela de crédito concedido pelas instituições financeiras caiu. Os produtores passaram a utilizar mais o capital próprio e outras fontes de financiamento, como cooperativas, revendas e indústrias. As pesquisas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) mostram essa realidade.

O Plano Agrícola e Pecuário da safra 2016/17 configura a aplicação de uma política emergencial em tempo de crise econômica. O cenário é de recessão no mercado doméstico, preços de *commodities* em baixa, volatilidade cambial, inflação em queda e juros elevados. Nem mesmo o agronegócio passa imune a essa situação problemática.

Muitos produtores deverão novamente adiar a decisão na tomada de empréstimos para investimentos em novas tecnologias. Nos últimos cinco anos, a área de grãos expandiu-se, na média anual, em 1,6 milhão de hectares. A aposta, agora, é sobre a capacidade de crescimento na próxima temporada. ■

DE OLHO NO FUTURO

AGRONEGÓCIO COM SUSTENTABILIDADE

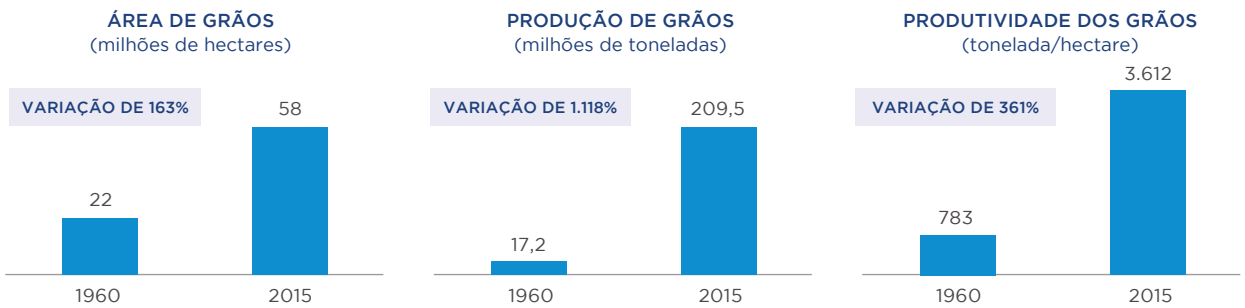
DA REDAÇÃO

A SEMANA Mundial do Meio Ambiente é comemorada durante este mês. Trata-se de uma data instituída em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo, na Suécia. No Brasil, esta celebração foi instituída em 1981, por meio do Decreto nº 86.028, e sua finalidade é apoiar a participação da comunidade brasileira na preservação do patrimônio natural de nosso País.

Nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 60, o Brasil consolidou sua posição de principal celeiro na produção mundial de alimentos. De forma atípica, é o único país que figura nesse seleto grupo que tem características tropicais. O modelo de produção adotado teve como paradigma a chamada Revolução Verde, baseada no uso de insumos (sementes, fertilizantes, defensivos etc.) e máquinas e implementos para a mecanização.

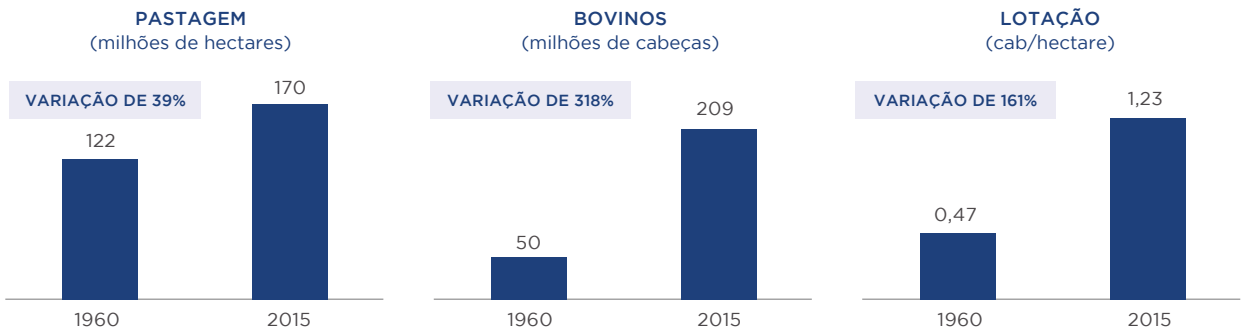
A adoção deste pacote tecnológico deu vigor à agropecuária, com ganhos de produtividade substanciais no campo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre

ÁREA POUPADA COM AGRICULTURA NO BRASIL: 209 MILHÕES DE HECTARES



Fonte: IBGE

ÁREA POUPADA COM PECUÁRIA NO BRASIL: 239 MILHÕES DE HECTARES



Fonte: IBGE

1960 e 2015 foram poupados 209 milhões de hectares na área de grãos e 239 milhões nas pastagens; no total, 448 milhões. Com isso, muitas terras foram mantidas no estado natural, preservando a flora e a fauna.

A recente mudança do Código Florestal – Lei nº 4.771, de setembro de 1965 –, com muitas alterações ao longo dos anos por meio de Medidas Provisórias, foi muito benéfica para o País. Em decorrência desses debates, o tema ambiental entrou definitivamente na pauta da produção nacional. Depois de doze anos de discussões exaustivas e radicais, o novo Código Florestal – Lei nº 12.651, aprovada em maio de 2012 – trouxe avanços para o setor produtivo, apesar de deixar descontentes produtores e ambientalistas. Os embates, agora, prosseguirão com mais conteúdo técnico.

De qualquer forma, para o futuro, a associação entre o agronegócio e a sustentabilidade representa uma tendência nas propriedades rurais que devem agregar valor aos produtos para gerar maior rentabilidade às suas atividades. Esse interesse ganha força na proporção em que a sociedade sente a finitude dos recursos não renováveis, com a necessidade de novas possibilidades de produção.

Nessa linha, a inserção de tecnologias para minimizar o uso de recursos naturais e maximizar o reaproveitamento de dejetos e subprodutos constitui um conjunto de estratégias e ações para os planos de produção e finanças dos elos das cadeias produtivas. Seja na pecuária, seja na agricultura, ganha espaço crescente a aplicação das boas práticas sustentáveis no manejo dos recursos produtivos, como solo e água.

O novo Código Florestal criou a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para todos os imóveis rurais. O prazo dessa exigência deveria ter vencido em 5 de maio de 2015. Como apenas um quarto das propriedades cumpriu com esta obrigação, o prazo foi adiado por mais um ano. Em maio de 2016, havia 81,69% das propriedades cadastradas. As instituições financeiras não poderão mais conceder crédito agrícola para as propriedades rurais não cadastradas. ■

IMPLICAÇÕES DO CAR

O CAR é pré-requisito para as propriedades fazerem o seu Plano de Regularização Ambiental (PRA), que deverá envolver a restauração de 5,0 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e 7,5 milhões de áreas de Reserva Legal. Será uma mobilização gigantesca, pois cerca de 193 milhões de hectares de vegetação nativa no País estão em propriedades privadas, o correspondente a 53% do total.

Com o CAR e o PRA, as políticas públicas terão instrumentos fundamentais para o controle mais efetivo do desmatamento, com discriminação da conversão ilegal e da legal, de modo a inspecionar e punir as conversões de áreas sem autorização. São esses os mecanismos que permitirão ao Brasil dar a sua contribuição a acordos internacionais.

Por sua vez, a União Europeia e 174 países assinaram o Acordo de Paris na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, em 22 de abril de 2016. O pacto ficará aberto para assinaturas até abril de 2017, devendo entrar em vigor trinta dias após a ratificação de 55 países – desde que representem ao menos 55% do total das emissões globais.

As contribuições brasileiras para o Acordo de Paris aparecem nas suas metas propostas para 2030, sendo as seguintes algumas delas:

- Reflorestar 12 milhões de hectares de florestas para usos múltiplos;
- Reduzir o desmatamento ilegal a zero na Amazônia até 2030;
- Restaurar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e atingir 5 milhões de hectares de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

Tudo isso ajudará o Brasil a definir uma nova dinâmica de uso da terra nas próximas duas décadas.



EDUCAR E CONSCIENTIZAR SEMPRE!

SISTEMA CAMPO LIMPO MOBILIZA ENVOLVIDOS NO SETOR AGRÍCOLA A FAVOR DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.

CADA ELO da cadeia agrícola tem que fazer a sua parte para destinar corretamente as embalagens de defensivos agrícolas usadas nas plantações e manter limpos os campos brasileiros. A disseminação desta mensagem está na base das ações do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) e contribui para conscientizar e engajar agricultores, canais de distribuição, indústria fabricante e poder público no programa mais bem-sucedido do mundo em destinação deste tipo de embalagem, o Sistema Campo Limpo.

Desde o início de seu funcionamento, em 2002, o Sistema já conseguiu atingir milhões de pessoas com sua mensagem sustentável por meio das mais diversas ferramentas, como campanhas em mídias impressa e digital, realização de eventos e utilização de redes sociais. Estas palavras, incorporadas ao dia a dia dos envolvidos, resultam em práticas que fazem a diferença na cadeia agrícola.

Graças ao engajamento dos diversos elos, de acordo com a divisão de responsabilidades estabelecida pela legislação, o Brasil pode orgulhar-se de ser líder mundial em destinação de embalagens plásticas primárias de defensivos agrícolas, encaminhando para reciclagem ou incineração 94% destes materiais usados em aproximadamente 76 milhões de hectares de terras cultivadas do País, segundo o IBGE (2014). O programa acumula mais de 370 mil toneladas de embalagens destinadas de forma ambientalmente correta desde o início de sua operação.

Todas as ações do inpEV – que, em dezembro, comemora quinze anos na coordenação do Sistema – têm como fio condutor o reforço da impor-

tância da atuação de cada envolvido em nome da conservação ambiental e do bem-estar das futuras gerações. A eficiência na divulgação dessa mensagem resulta da utilização de canais e abordagens específicos de acordo com o interlocutor. Isso acontece, por exemplo, na comemoração do Dia Nacional do Campo Limpo, nas ações de recebimento itinerante realizadas pelo País, no Programa de Educação Ambiental Campo Limpo ou no curso de educação a distância.

CONSCIENTIZAÇÃO E COMEMORAÇÃO NO DIA NACIONAL DO CAMPO LIMPO

Com iniciativas especialmente desenvolvidas para crianças, jovens e adultos das comunidades do entorno das unidades de recebimento de embalagens, uma das grandes ações educativas promovidas pelo Sistema é o Dia Nacional do Campo Limpo, comemorado em 18 de agosto – data oficial no calendário brasileiro, instituída pela Lei Federal nº 11.657/08.

Por meio de palestras, apresentações teatrais, visitas às centrais, distribuição de materiais, além de outras atividades socioeducativas, os participantes recebem informações que aumentam a mobilização dos envolvidos no programa de destinação e a consciência ambiental das futuras gerações.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ANUAIS DE DESTINAÇÃO

ANO	TONELADAS
2002	3.768
2003	7.855
2004	13.933
2005	17.881
2006	19.634
2007	21.129
2008	24.415
2009	28.771
2010	31.266
2011	34.202
2012	37.379
2013	40.404
2014	42.500
2015	45.536

Nessa data, cerca de cem centrais de recebimento de embalagens de todas as regiões abrem suas portas para visitação pública, explicando o funcionamento do Sistema. Também são homenageados agricultores que são exemplos de boas práticas em suas propriedades.

Desde a primeira edição, em 2005, a comemoração conseguiu reunir cerca de 1 milhão de pessoas. Divulgada por meio da imprensa (rádios, TVs, jornais e portais na web), de mídias sociais e de publicações do inpEV, a comemoração celebra os excelentes resultados do Sistema e promove ampla divulgação deste para a sociedade.

SISTEMA CONTRA O *AEDES AEGYPTI*

Entre as iniciativas do inpEV voltadas para o bem da comunidade, está a campanha de combate ao *Aedes aegypti*, inseto transmissor dos vírus da dengue, do chicungunya e da zika. Desde março, o inpEV engrossa o coro da sociedade no combate ao mosquito.

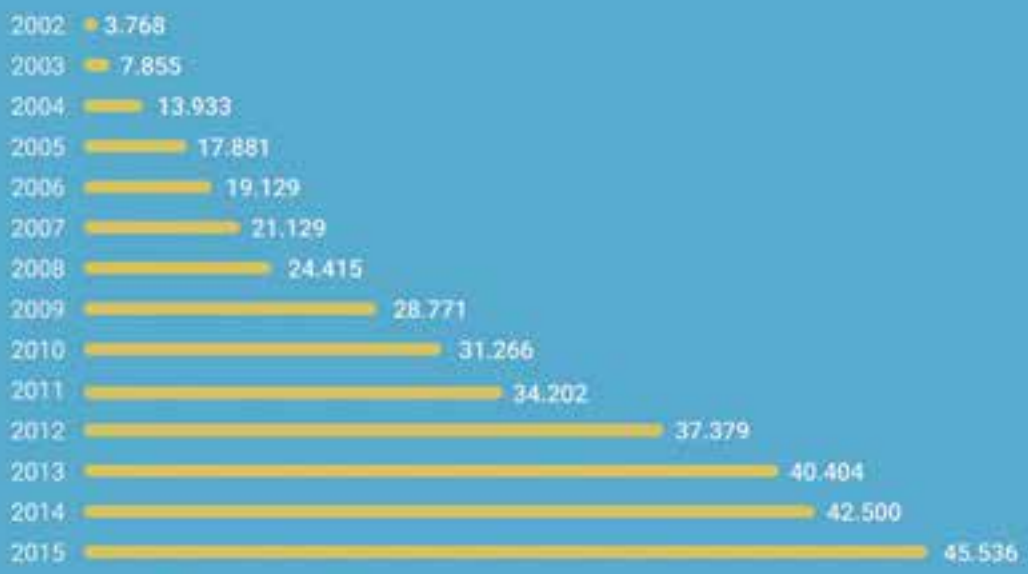
Aproveitando a capilaridade do Sistema – que, atualmente, envolve cerca de 1,7 milhão de propriedades agrícolas –, a ação visa conscientizar a população sobre a importância de eliminar os focos de água parada que se tornam criadouros do mosquito. A campanha mostra que esse não é um problema só da cidade e que é preciso se preocupar com a proliferação do mosquito também no campo.

O instituto disponibilizou folhetos educativos, comunicados, cartazes, faixas e *banners* para impressão e distribuição nas unidades de recebimento, além de veicular conteúdo em seu site e nas mídias sociais, incluindo vídeo para engajar os elos envolvidos na cadeia agrícola na luta para manter o campo livre dessa ameaça.



Os bons números do Sistema

Quantidade de embalagens de defensivos agrícolas destinadas, em toneladas



Presente em 25 estados e no Distrito Federal
410 unidades de recebimento (113 centrais e 297 postos)

Benefícios ambientais do Sistema, de 2002 a 2015

A destinação adequada de embalagens evitou:



A geração do equivalente a 9 anos de resíduos gerados por uma cidade de 500 mil habitantes



O consumo de 1,2 milhão de barris de petróleo



Emissões de 514 mil toneladas de CO_2e

AMPLIAÇÃO DA CAPILARIDADE DO SISTEMA

Uma preocupação constante do inpEV é facilitar a devolução das embalagens pós-consumo utilizadas pelos agricultores. Para isso, o instituto promove ações de recebimento itinerante em parceria com associações de revendas locais para atender produtores de regiões distantes das unidades de recebimento fixas. Apenas em 2015, foram 4,8 mil ações realizadas em todo o País: estruturas volantes e temporárias são montadas nessas regiões, de acordo com calendário preestabelecido, para receber as embalagens dos agricultores.

O sucesso dessas iniciativas passa pelo trabalho de conscientização, feito de forma permanente, sobre a importância de lavar e devolver corretamente as embalagens, além da divulgação de datas e horários, mobilizando os produtores rurais a se programarem para a devolução. Porém, mais importante do que a quantidade recebida por meio dessas iniciativas, é a oportunidade de atender um maior número de agricultores, especialmente os pequenos produtores de todos os cantos do País.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As crianças de escolas do entorno das centrais de recebimento são o alvo do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEA). Resultado de parceria com Secretarias Municipais de Educação e outros agentes educacionais, o Programa leva para instituições de ensino *kits* pedagógicos multidisciplinares, destinados a alunos de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Os conteúdos didáticos relativos ao meio ambiente são alinhados às recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do MEC. Por meio de diversos materiais, como cartilhas, livro do professor e jogos educativos, o conceito de conservação ambiental é transmitido aos estudantes de forma lúdica. Em 2016, o material foi incrementado com a inclusão de um aplicativo que habilita os alunos a interagirem com um jogo em computadores. A novidade segue o tema da edição 2016 do programa ambiental: "Resíduos sólidos: responsabilidade compartilhada". O Programa inclui, ainda, um concurso anual de desenho e redação, com etapas local e nacional, em que crianças e jovens refletem sobre o ciclo das embalagens e maneiras de agir pela conservação ambiental.

A adesão das escolas tem crescido gradualmente: em 2015, 1.872 escolas de 274 municípios participaram do Programa, envolvendo quase 190 mil estudantes. Em 2016, há 2.060 escolas participantes.

EDUCAÇÃO VIRTUAL

A disseminação do conhecimento sobre a destinação de embalagens acontece também de maneira virtual. No site do inpEV (www.inpev.org.br), está disponível um módulo de educação a distância. É uma ferramenta dinâmica, interativa e acessível para todos os interessados no tema da logística reversa do material. Gratuito, o curso pode ser feito mediante cadastro e oferece a possibilidade de impressão dos certificados pelos próprios alunos que finalizarem o módulo.

Com o tema "Destinação Final de Embalagens Vazias", o conteúdo inclui informações sobre a legislação que regulamenta o descarte de embalagens vazias dos produtos, as responsabilidades de cada um dos envolvidos no Sistema Campo Limpo, o trabalho realizado nas unidades de recebimento de embalagens e o destino final deste material (reciclagem ou incineração). Essa plataforma foi disponibilizada em 2007 e tem mais de 8 mil cadastros ativos, com pessoas de todos os estados do Brasil.

Essas experiências demonstram como o Sistema consegue utilizar as maneiras adequadas para se comunicar com cada público e conseguir o envolvimento de todos para cumprir sua grande missão: promover a conservação ambiental no campo por meio da destinação adequada das embalagens vazias de defensivos agrícolas pelo bem da sociedade e do Planeta. ■



Cooperados participam do ciclo de palestras nas Unidades Demonstrativas

ESTADOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO

CICLO DE PALESTRAS PREPARA CAFEICULTORES PARA A COLHEITA

COOPERADOS DA COOXUPÉ PARTICIPAM DAS UNIDADES DEMONSTRATIVAS, EVENTO REALIZADO PELA COOPERATIVA PARA LEVAR NOVOS CONHECIMENTOS SOBRE SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE PRODUÇÃO.

A COOPERATIVA Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) mantém em seu calendário de eventos permanentes as Unidades Demonstrativas (UDs), um ciclo de palestras realizado nos meses de abril e maio, em toda área de ação da Cooxupé – sul e cerrado de Minas Gerais e no estado de São Paulo –, para preparar os produtores com novos conhecimentos e tendências para a colheita.

O perfil dos cooperados da Cooxupé aponta que 97% são representados por mini e pequenos cafeicultores que sobrevivem exclusivamente da agricultura familiar. "Como toda a família tem a sua economia gerada pela produção de café, as Unidades Demonstrativas são abertas para todos, desde pai e mãe a filhos", destaca o presidente da Cooxupé, Carlos Alberto Paulino da Costa.

Em busca de novas informações e troca de experiências, a cada edição mais de 10 mil pessoas participam do evento. "As UDs trabalham assuntos de interesse dos cooperados. Além da confraternização entre eles e de terem acesso a condições comerciais, o principal são as palestras que preparamos, trazendo temas relevantes que fazem parte do dia a dia das famílias produtoras", aponta o superintendente de Desenvolvimento do Cooperado da Cooxupé, José Eduardo Santos Júnior.

Em 2016, os temas definidos para o ciclo de palestras são:

Adequação social e ambiental na cafeicultura: no contexto de tais pilares que fundamentam a sustentabilidade, os produtores são alertados de que não há agricultura que resista ao futuro se não for sustentável. Nesta palestra, os cooperados recebem orientações sobre pontos da legislação trabalhista e os cuidados para a contratação de mão de obra para a colheita; o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI), entre outros assuntos, como a água – o que o produtor pode fazer para evitar contaminação e, assim, preservar a saúde de todos – e o tratamento do esgoto sanitário. A preservação do meio ambiente, a proteção de nascentes e o registro no CAR (Cadastro Ambiental Rural) estão englobados, também, na palestra.

Gestão financeira: tema também ligado à sustentabilidade que ensina ao produtor a compreender seus custos de produção e verificar se a atividade está sendo lucrativa. Ter conhecimento sobre os gastos na propriedade facilita para o cooperado a tomada de decisão no momento de venda do café, bem como na elaboração de um planejamento para a safra seguinte. Uma boa gestão financeira define para o produtor o seu capital de giro/fluxo de caixa e quais são as reais necessidades de investimentos para a próxima colheita. Cafés certificados e verificados também fazem parte desta palestra.

Uso racional de defensivos: a utilização com segurança e o uso racional destes produtos são os tópicos centrais da palestra. Além disso, os cooperados são orientados sobre como identificar a presença de pragas e doenças no parque cafeeiro e como deve ser feito o monitoramento para erradicar estes problemas na lavoura. Prazos de carência, o armazenamento correto dos defensivos, as exigências dos órgãos certificadores e a importância dos EPIs são outros pontos de orientação junto aos produtores.

Programas de capacitação e serviços técnicos da Cooxupé: com o objetivo de fortalecer cada vez mais a atividade dos cooperados com base nas boas práticas agrícolas, a palestra reforça aos cafeicultores o trabalho desenvolvido pelos técnicos e engenheiros agrônomos da Cooxupé e, também, incentiva-os a participar dos programas de sustentabilidade com os quais a cooperativa mantém parceria.

Sucessão familiar na agricultura e saúde no campo: a partir deste tema voltado especialmente para as mulheres, as cafeicultoras são orientadas sobre prevenção de doenças e, também, motivadas a cuidar do seu bem-estar. Já sobre a sucessão familiar, são abordados importantes pontos, como a satisfação dos filhos em tocar a atividade junto com os pais e os questionamentos quanto a se possuem aptidão, qual seria o tipo de mensagem que os pais estão passando para seus filhos sobre o trabalho rural, entre outras orientações em prol da agricultura familiar.

De Cabo Verde, cidade de Minas Gerais, o cafeicultor Antônio Carlos Vieira afirma que as Unidades Demonstrativas oferecem a oportunidade de acesso a conhecimentos novos e novidades em materiais que podem ser empegados na atividade agrícola. "A participação de outras pessoas é, também, um fator agregador, pois, além das informações que adquirimos com os expositores, a troca de experiência com outros produtores é muito importante. Nesse sentido, é um evento extremamente relevante para nós", destaca. Já Ribamar Miranda, cooperado de Nova Resende, também em Minas Gerais, conta que gosta de acompanhar o evento para ver a evolução dos adubos, processos para a manutenção da lavoura e para elevar a qualidade do seu café. "Quanto mais participamos, mais estamos atualizados. Temos que cuidar bastante do meio ambiente e, também, dos trabalhadores rurais, respeitando a legislação", considera o produtor. ■





PELO FUTURO DA AGRICULTURA

SOMOS PARCEIROS NO DESENVOLVIMENTO DE UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

CRISTIANE LOURENÇO
Gerente de Desenvolvimento Sustentável e Parcerias na Cadeia de Valor da Bayer

UM DOS maiores desafios da humanidade é garantir o abastecimento de alimentos para todas as pessoas. Em 2050, a população mundial deverá atingir a impressionante marca de 9 bilhões de habitantes. Para assegurar uma nutrição adequada a essas pessoas, a produção agrícola global terá de aumentar em cerca de 60%. Essa situação é agravada por problemas como a erosão dos solos, a escassez de água e as condições climáticas extremas, colocando grandes desafios para os agricultores em várias partes do mundo.

Nós da Bayer estamos desenvolvendo soluções com esse objetivo, tendo estabelecido como missão central da nossa estratégia de sustentabilidade, por meio da divisão Crop Science, o lema "Alimentos de alta qualidade para todos". Nesse contexto, a missão "Ciência para uma Vida Melhor" reflete o objetivo que estamos buscando, em estreita cooperação com nossos parceiros, ajudando a fornecer alimento saudável e suficiente para todos. Afinal, para nós, a sustentabilidade é o caminho para superar o desafio de atender essa crescente demanda global por alimentos, fibras e energia e significa crescimento econômico alinhado a responsabilidades social e ambiental.

Acreditamos que o melhor caminho para garantir segurança e qualidade alimentar é a agricultura sustentável, que, para nós, se traduz no aumento da rentabilidade do produtor, em melhores condições de vida para as pessoas (dentro e fora das propriedades rurais) e na preservação do meio ambiente e no uso mais eficiente dos recursos naturais.

Nesse sentido, objetivamos atuar como um parceiro pela agricultura sustentável, promovendo iniciativas que ajudem a produzir mais com menos e viver melhor nos campos.

Para servirmos de exemplo para nossos parceiros de negócio, trabalhamos com uma série de ações

em nossas operações internas que demonstram como melhoramos a vida das pessoas em nossa produção, otimizamos o uso dos recursos naturais e preservamos o meio ambiente.

NOSSA FORMA DE ATUAÇÃO

As ações de sustentabilidade da Bayer para promover agricultura sustentável são baseadas em três grandes formas de atuação:

- **Soluções integradas**, com sementes de alto desempenho, produtos para proteção de cultivos químicos e biológicos e serviços;
- **Gerenciamento proativo do ciclo de vida do produto (*proactive stewardship*)**, que garante a integridade dos nossos produtos, o uso correto, a proteção humana e a preservação do meio ambiente;
- **Parcerias de cadeia de valor (*food chain*)**, que criam valor em toda a cadeia, beneficiando o agricultor. Por meio destas parcerias, amplificamos todas as ações e ajudamos o produtor rural a obter mais valor por sua produção, facilitando o acesso a mercados que valorizam a sustentabilidade e a produção responsável de alimentos, fibras e energia.

SOLUÇÕES INTEGRADAS: SEMENTES, PROTEÇÃO DE CULTIVOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS E SERVIÇOS

Nossos produtos e serviços contribuem com a sustentabilidade da agricultura: promovem mais renda aos produtores, conservam e preservam o meio ambiente e melhoram a vida das pessoas.

Ao longo de décadas, a Bayer criou um portfólio completo de soluções integradas, promovendo a sustentabilidade da agricultura por meio de melhoramentos genéticos, tratamento de sementes, eficiência e segurança dos agroquímicos, controle biológico e aperfeiçoamentos do manejo, além de serviços inovadores que atendem as necessidades dos produtores rurais. Nossas soluções são baseadas em três grandes esferas: sementes e *traits*; proteção de cultivos, químicos e biológicos; e serviços.

Hoje, atendemos todas as necessidades das cadeias de valor, contribuindo para melhorar o potencial produtivo das mais diversas lavouras, começando pelo plantio, passando pelas fases vegetativa e reprodutiva e chegando aos serviços que oferecem consultoria e apoio ao produtor rural nos mais diversos temas, incluindo sustentabilidade.

GERENCIAMENTO PROATIVO DO CICLO DE VIDA DO PRODUTO (*PROACTIVE STEWARDSHIP*)

Acreditamos que a sustentabilidade deve estar em todo o ciclo de vida dos nossos produtos.

Para viabilizar as boas práticas em todo o processo de fabricação, o uso correto e seguro e o descarte das embalagens dos defensivos agrícolas, a Crop Science desenvolve ações que ajudam os seus clientes a utilizar seus produtos de forma correta e segura, protegendo a saúde humana, o meio ambiente e a integridade do produto. Além disso, as iniciativas minimizam riscos e nos aproximam ainda mais dos nossos clientes. Em outras palavras, estamos viabilizando a sustentabilidade em todo o ciclo de vida dos nossos produtos.

PARCERIAS

Por meio da proximidade com a cadeia de valor e com os nossos parceiros de negócio, trabalhamos pela valorização do agricultor e pela promoção da sustentabilidade no campo.

As parcerias de *food chain* são um inovador modelo de negócio desenvolvido pela Bayer em que agricultores, *traders*, indústria processadora e varejo trabalham juntos em soluções e projetos inovadores de acordo com princípios de produção agrícola sustentável. A Bayer atua como facilitador aproximando parceiros ao longo da cadeia de valor para produzir alimentos, energia e fibras de alta qualidade, acessível e de maneira sustentável. Todos os parceiros são beneficiados pelas iniciativas de *food chain* em termos de segurança, qualidade, aumento de produtividade e rastreabilidade, o que beneficia, também, o consumidor final. No Brasil, contamos com equipes em todo o País responsáveis pela implementação dos projetos diretamente com os agricultores, o varejo e os processadores. ■

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS ILEGAIS NO BRASIL

SILVIA DE TOLEDO FAGNANI
Vice-presidente executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG)

DESDE 1990, casos de comércio ilegal de agroquímicos no Brasil crescem, como consequência da alta lucratividade do negócio e das penas reduzidas para os crimes de contrabando e falsificação, segundo autoridades policiais.

Para esclarecer os riscos dessa prática, desde 2001, o SINDIVEG, em parceria com a Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV) e com apoio da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), realiza a Campanha contra Defensivos Agrícolas Ilegais, com o objetivo de conscientizar sobre os riscos de ter estes produtos ilegais no campo e suas consequências para o agronegócio.

O contrabando de agroquímicos pode prejudicar em até 20% o mercado nacional de agroquímicos – que estima faturamento, em 2015, de US$ 9,5 bilhões e pode ter prejuízos de até US$ 1,9 bilhão.

Atualmente, o País está, também, entre os países mais afetados no *ranking* da pirataria.

Em 2014, por exemplo, o Paraguai importou US$ 110 milhões excedentes à necessidade interna do inseticida benzoato de emamectina, quantidade esta que foi, provavelmente, toda destinada ao mercado brasileiro informalmente, sem atender as regras de registros de agrotóxico no País, nem a regularização das importações.

Apreensões feitas pelas autoridades brasileiras nos últimos treze anos evitaram que aproximadamente 6 milhões de hectares fossem "tratados" com produtos ilegais, mas essa realidade requer mais ações imediatas e severas das autoridades policiais e fiscalizatórias brasileiras e esforços junto às autoridades do Paraguai e do Uruguai para prevenir a ilegalidade nesse setor. ■

NÚMEROS DA CAMPANHA CONTRA DEFENSIVOS AGRÍCOLAS ILEGAIS
(CAMPANHA 2001-2015)

DADOS	TOTAL
Apreensões	549,4 toneladas
Suspeitos detidos	1.068 pessoas
Incinerações	513,7 toneladas
Condenações	53 pessoas

Fonte: SINDIVEG

RESULTADO DAS APREENSÕES: ÁREAS QUE DEIXARAM DE SER TRATADAS COM DEFENSIVOS AGRÍCOLAS ILEGAIS E PRODUÇÃO ESTIMADA
(CAMPANHA 2001-2015)

CULTURAS	ÁREA (HA)	PRODUÇÃO (KG)
Soja	2.870.107	7.539.771.089
Trigo	2.325.456	4.855.552.128
Milho	356.879	1.265.136.055
Arroz	142.060	617.108.640
Algodão	178.369	646.230.887
Batata	54	1.350.000
Feijão	250	209.500
TOTAL	**5.873.175**	**14.925.358.299**

Fonte: SINDIVEG



IMAGEM DE DIVULGAÇÃO DA OPERAÇÃO INTEGRADA CASCAVEL-PR

ANTES MESMO DE PRODUZIR,
AS NOVAS GERAÇÕES CHEGAM
PARA TRANSFORMAR.

OXI COMUNICAÇÃO

Virgílio Palmeira Caixeta
Produtor de café e grãos - MG

Os futuros líderes do campo têm o nobre compromisso de alimentar o planeta. A família Caixeta, de Minas Gerais, já conta com equipamentos inovadores, que produzem mais, no mesmo espaço e em menos tempo. Esse é o compromisso da John Deere com todos os produtores brasileiros. Hoje e POR GERAÇÕES.



JOHN DEERE

JohnDeere.com.br/PorGerações
0800 891 4031

O CÓDIGO FLORESTAL E O STF

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



O CÓDIGO Florestal foi aprovado em maio de 2012, com vetos, por meio da Lei nº 12.651/12. Uma Medida Provisória posterior, convertida na Lei nº 12.727/12, preencheu a lacuna deixada pelos vetos. O Código Florestal não atendeu os anseios dos produtores, tampouco dos ambientalistas. Contudo, talvez, esta tenha sido sua virtude, de não satisfazer nenhum grupo de interesse.

É impossível conceber um Código Florestal que se preocupe unicamente com a preservação do meio ambiente ou, em outro extremo, que não leve em conta tanto questões socioeconômicas, quanto a necessidade de conservação dos biomas. O Código tenta harmonizar os interesses da sociedade brasileira, perseguindo a sustentabilidade, com seus vértices econômico, social e ambiental.

Sustentam-se argumentos que confrontam as visões dos ambientalistas e dos empresários, transmitindo a ideia de que os primeiros buscam a sustentabilidade, enquanto os últimos objetivam o modelo convencional, baseado na exaustão dos recursos naturais. Esse recurso retórico e político não contribui para o desenvolvimento do Brasil, pois dificulta o diálogo e o alcance de uma solução parcimoniosa.

O mundo não é perfeito, e certas situações na produção rural precisam ser reparadas, mas comparar as atividades agropecuárias consolidadas, que vêm gerando empregos, renda e abastecimento para a população, às atividades madeireiras ilegais na Floresta Amazônica é um absurdo.

Adequar os sistemas produtivos e as técnicas de cultivo e criação demanda recursos e políticas de incentivo em consonância com o ordenamento jurídico e as condicionantes do mercado, pois os produtores são os maiores responsáveis pela segurança alimentar dos brasileiros.

Os produtores rurais vêm adotando tecnologias que evitam a erosão, reduzem o assoreamento de rios, minimizam o uso da água e mitigam as emissões de CO_2. Mas, isso não é feito de um dia para outro, principalmente quando não se têm os incentivos, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Como sofrem as consequências dos desequilíbrios ambientais, os produtores rurais são os maiores interessados na manutenção da produção e na conservação dos ecossistemas.

Porém, lamentavelmente, a falta de entendimento de que o Código Florestal é um caminho para a conciliação entre a produção e a proteção ambiental, bem como da legitimidade do processo legislativo que culminou na sua elaboração, resultou em contestação judicial pela interposição de quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro Luiz Fux, relator da matéria no STF, promoveu uma audiência pública em 18 de abril, visando colher subsídios para elucidar a questão. Em breve, uma decisão final será proferida. Esperamos que o teor e o espírito do Código Florestal sejam respeitados, de modo a convalidar os resultados das audiências públicas e o processo legislativo que precederam sua promulgação.

É preciso virar essa página e unir os esforços. O novo Código Florestal se tornará uma efetiva ferramenta de gestão do território nacional ao permitir o acompanhamento e a evolução da nossa matriz ecológica e produtiva, bem como o aprimoramento das políticas públicas que garantirão a almejada sustentabilidade, em benefício de todos os brasileiros. ■

SEIS REFLEXÕES SOBRE O AGRO

PAULO HERRMANN
Presidente da John Deere Brasil e vice-presidente de Vendas e Marketing da John Deere para América Latina



A AGRICULTURA nacional foi da dependência para a vanguarda produtiva em poucas décadas. Isso não se deu por mero acaso, mas por uma conjunção de fatores: inovação, políticas públicas, alta tecnologia – somados com localização tropical e coragem dos produtores. Listamos alguns elementos desse salto qualitativo e quantitativo:

- Na década de 1970, lembramo-nos dos agricultores pioneiros do plantio direto, como Herbert Bartz, Nonô Pereira e Franke Dijkstra, dentre outros. Naquela época, não havia a iniciativa privada, nem a Embrapa ou os centros de pesquisa estaduais para apoiá-los no uso desta tecnologia conservadora de solo e água. Mesmo com iniciativas feitas no "peito e na coragem", isso abriu o caminho para mais de dois cultivos anuais em uma área.

- Duas décadas depois, tivemos nova revolução: o plantio do milho 2ª safra com aproveitamento residual do adubo da 1ª safra. Contamos com a biotecnologia aplicada na genética das sementes, e a safrinha foi amplamente adotada: hoje, 60% da produção de milho na safra 2015/16 vieram dela. A propriedade ampliou a sua capacidade de gerar receita.

- Para seguirmos, temos novos desafios, como, por exemplo, as pastagens degradadas. Apesar do potencial para crescer, sejamos realistas: é pouco provável que toda essa área – entre 150 e 200 milhões de hectares – seja transformada em local para cultivo de grãos. Temos restrições ambientais, grandes dispêndios para recuperar tudo e as deficiências de infraestrutura e logística. Além disso, sem uma visão adequada da realidade agrícola, a sociedade urbana exerce pressão para a resolução desse passivo.

- A melhor resposta para resolvermos é a intensificação sustentável das propriedades. A revolução tropical é produzir e preservar, mas é importante o agricultor não ficar na fase de tentativa e erro ao aderir à integração. Por isso, criamos uma Rede para fomentar a integração lavoura-pecuária-floresta, mediante uma associação de empresas. Seu objetivo é apoiar a difusão do conhecimento desenvolvido pela Embrapa, como ponto de apoio para os agricultores fazerem o processo de gestão em suas propriedades. O suporte é necessário, pois os modelos de gestão disponíveis nas áreas de ensino, crédito e trabalhista foram elaborados (ou consolidados) há mais de cinquenta anos.

- O universo agrícola, que se integra e profissionaliza, ganha complexidade. Há, também, outros pontos. Os currículos das escolas e das faculdades agrícolas precisam introduzir disciplinas para os alunos aprenderem a administrar as atividades dentro da porteira. Temos em vigência uma legislação trabalhista – uma obra-prima pensada pelo presidente Getúlio Vargas –, porém voltada para o trabalho na cidade. Com uma série de emendas posteriores, passou a regular, também, o campo, mas com desvios: o "dia útil" é diferente entre os trabalhadores rurais e urbanos.

- A integração desse sistema necessita de um aspecto crucial: qualificação. Em uma propriedade cultivadora de grãos, por exemplo, o trabalhador realiza as atividades de plantar, fazer tratos culturais e colher. Se introduzirmos a bovinocultura ou a fruticultura, a configuração muda. Assim, precisamos de mecanismos para capacitar a extensão rural privada e dar assistência aos agricultores que optarem por esse modelo. ■

JOHN DEERE

CONJUNTURA

O BRASIL E A FORÇA DO CAMPO

EDUARDO LEDUC

Engenheiro agrônomo, responsável pela Unidade de Proteção de Cultivos da BASF na América Latina e presidente da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

AO SE AVIZINHAR um novo ciclo de dificuldades socioeconômicas, o alento que deve nos mover é o de que, como mostra a história mundial, muitas nações forjaram-se e cresceram sob momentos de graves desafios. Exemplo clássico é o da Inglaterra em 1688: a crise que levou à Revolução Gloriosa foi um evento transformador não apenas para a nação, mas para a Europa e o restante do mundo ao desencadear a Revolução Industrial. No Brasil, na década de 1970, a contingência dos problemas internos, acelerada pela crise mundial do petróleo, suscitou uma grande transformação: a prodigiosa Revolução Verde no campo.

Os sucessivos superávits comerciais comprovam sua eficiência: se os receios quanto à conjuntura recente da China se justificam, a competitividade do Brasil como *player* no mercado global da soja segue imbatível, com as exportações, em volume, do complexo de soja – grãos, farelo e óleo – aumentando 19% em relação a 2014, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), que reúne as indústrias do setor. Os resultados com milho têm sido ainda mais expressivos, pelos números e pelo fato de que esta cultura, anos atrás, restringia-se ao consumo interno: no passado, foram exportados 29 milhões de toneladas. Segundo a consultoria Brandalizze, na média dos últimos cinco anos, as exportações multiplicaram-se em dez vezes.

Os problemas estruturais que, sem dúvida, persistem no País – por exemplo, na educação, na segurança e na saúde – afetam, igualmente, as populações urbanas e do meio rural. Mas, é notável a nova face de centenas de municípios do Brasil afora impulsionados pela agropecuária local. Estudo realizado pela consultoria Kleffmann revela que, entre 1991 e 2010, os municípios onde o agronegócio teve maior presença registraram alta superior à média nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede três fatores: saúde e expectativa de vida; acesso ao conhecimento e educação; e padrão de vida e renda. Uma comparação reforça a importância desse desempenho: entre os cem países líderes em IDH no *ranking* da ONU, o Brasil é um dos mais desiguais, devido à má distribuição de renda e ao baixo investimento em educação. Contrariando esse quadro, as cidades fincadas no campo exibiram o melhor desempenho em escolaridade nos últimos trinta anos.

A saudável interiorização do desenvolvimento é confirmada por outro levantamento, do IPC Maps, que mede o consumo em 22 categorias de produtos, em 5.570 municípios. Segundo o instituto, em 2015 o consumo dos brasileiros atingiu R$ 3,5 trilhões, dos quais um terço é absorvido pelas 27 capitais, enquanto 70% – isto é, cerca de R$ 2,4 trilhões – irrigaram as cidades do interior.

Essa contribuição estratégica deve ser considerada por governos – desde a Presidência da República e o Congresso Nacional aos governadores e prefeitos –, setores produtivos e especialistas em políticas públicas nas discussões de uma agenda para recolocar o Brasil no rumo do desenvolvimento sustentado. Um bom ponto de partida seria atentar para os virtuosos exemplos do campo. ■



DIÁRIO DE BORDO

TUDO NOVO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

MUDOU TUDO de novo: temos outro governo, outro presidente da República, outro Ministério, outro ministro da Agricultura. Só não mudaram os problemas: os nacionais e, também, os setoriais do campo.

Mas, há uma boa notícia: o novo ministro da Agricultura, o senador mato-grossense Blairo Maggi, entende do riscado, em todos os níveis. É produtor rural de sucesso, conhece de gestão pública – porque foi governador por dois mandatos em seu estado –, tem excelente trânsito com o novo presidente, o Parlamento e a equipe econômica, é político habilidoso e, principalmente, queria ser ministro da Agricultura.

Essas características são fundamentais para o momento que vivemos: não temos tempo a perder, de modo que o novo ministro tem mesmo que entrar jogando no dia seguinte à sua posse. O El Niño fez um estrago grande na produtividade agrícola no Arco Norte/Nordeste brasileiro, afetando duramente as colheitas de soja e milho no Mato Grosso, no Tocantins, no Maranhão, no Piauí e no oeste da Bahia. Com isso, os preços do milho subiram bastante, e a avicultura e a suinocultura estão sofrendo com os custos de produção. No Sul, ao contrário, a chuva em excesso estragou colheitas de arroz e soja, trazendo prejuízos aos produtores.



São temas para serem enfrentados logo, à margem do Plano Safra preparado às pressas e anunciado no apagar das luzes do governo passado, sem apoio das principais entidades de classe, que não foram consultadas. Até mesmo os números do crédito rural disponibilizado não agradaram. Embora tenha sido anunciado um aumento de 20% nos recursos para custeio e comercialização a juros controlados, isso não satisfez o agro, por falta de confiança em sua real liberação. O volume total de crédito anunciado foi 8% maior do que o do ano passado, mas boa parte disto está com juros livres, o que não anima a nenhum tomador, mesmo com o aumento de 10% no limite de crédito por CPF. O aumento das taxas de juros não incomoda muito, até porque foi menor do que o aumento da Selic de um ano para o outro.

Mas, o grande problema que o novo time enfrentará é a falta de confiança por parte do setor privado nacional. Por isso, é fundamental que o governo, como um todo, e o Ministério da Agricultura, em particular, ajam com rapidez e precisão quase cirúrgica na correção dos rumos da economia.

Com tempo curto e situação econômica nacional complicada, com custos agrícolas crescentes e preços cadentes, o novo ministro tem que escolher alguns poucos temas essenciais e concentrar a atenção da equipe neles. Quais seriam?

O primeiro, desde sempre, é o seguro rural. O estrago do El Niño mostra, mais uma vez, essa necessidade premente e ansiada há anos pela classe rural. Note-se que o Plano Safra, mais uma vez, frustrou essa expectativa.

O segundo tema é abrir mercados por meio de acordos bilaterais com grandes países consumidores. Para isso, o Itamaraty terá papel central, com um ministro preocupado com o tema. Mas, o MAPA é que sabe das coisas...

Desburocratizar o processo de registro de novas moléculas de agroquímicos é urgente.

E buscar parceria com as cooperativas agropecuárias e de crédito rural poderá agilizar todos esses temas e outros tão importantes quanto.

Mãos à obra, correndo... ■

PRODUZIR

PAISAGENS PRODUTIVAS E SUSTENTÁVEIS

JOÃO FRANCISCO ADRIEN
Produtor rural e diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

AS EXIGÊNCIAS introduzidas pelo novo Código Florestal vão influenciar o uso e a ocupação do território nas propriedades rurais brasileiras. As alternativas dos produtores para se adequarem às exigências e como tais alternativas poderão afetar geograficamente o setor são elementos que necessitam de planejamento alicerçado, sobretudo nos custos de oportunidade de terra *versus* as características socioambientais das regiões.

Essas questões podem ser expressas pelo conceito de paisagens produtivas e sustentáveis, no qual as áreas com alta aptidão agrícola podem ser mantidas e áreas com importância ambiental e/ou baixo custo de oportunidade da terra podem ser preservadas ou restauradas. Isso deve reduzir os custos de adaptação ao Código Florestal e desenvolver uma nova economia de valoração da floresta preservada, gerando renda ao produtor que preserva e investimentos para a restauração em áreas estratégicas.

O Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG) estimou um déficit inicial de 18 milhões de hectares de Reserva Legal (RL). O estudo avalia que 56% do total do déficit de RL poderiam ser supridos com compensação ambiental, ou seja, o produtor com menos RL do que o exigido por lei pode compensar seu déficit em outra propriedade com excedente, desde que no mesmo bioma. Surgem, assim, duas alternativas para o desafio de adequação: a compensação em outra propriedade rural ou o restauro na própria.

O conceito de paisagens produtivas e sustentáveis sugere alternativas segundo as características e os custos de oportunidade regionais. Um mecanismo eficiente, dinâmico e seguro para viabilizar esse planejamento é a Cota de Reserva Ambiental (CRA). Uma análise mais detalhada da SRB revela que, se houver uma grande oferta de cotas no mercado, seu valor será inferior ao custo de oportunidade da terra e, portanto, não haverá incentivo para a manutenção dos excedentes de RL. Por outro lado, se o valor da CRA for muito alto, o proprietário optará pela recomposição em sua própria área, desalojando, assim, áreas hoje dedicadas à produção.

Desta maneira, a SRB, em conjunto com outras organizações e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), propôs a criação de dois mercados para a CRA. O primeiro restrito à compensação de RL frente ao Código Florestal, e o segundo, de pagamentos por serviços ambientais. O objetivo é reduzir o custo de compensação e, ao mesmo tempo, valorizar o ativo florestal. Certamente, o recém-empossado ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, terá a oportunidade de contribuir com a implementação do Código Florestal de forma planejada regulamentando o mecanismo da CRA.

A efetiva implantação de paisagens produtivas e sustentáveis deve ser discutida amplamente pela sociedade. Será necessário identificar as áreas com alta aptidão agrícola, reconhecer as regiões prioritárias e estimular a regularização conforme essas diretrizes. Espera-se que os governos contribuam com as regulamentações e atuem como facilitadores, sem intervenção burocrática ou restritiva. Assim, seremos capazes de planejar a ocupação e o uso do território e conciliar preservação e produção com eficiência e estratégia, lançando as bases para uma economia ainda mais sustentável e competitiva. ■



OPINIÃO

AGRICULTURA DÁ SHOW

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

DURANTE A 23ª Agrishow, em Ribeirão Preto, anunciei o uso de uma área contínua ao espaço da exposição da feira, pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), para a realização da "Vitrine Tecnológica Sustentável". Sob a coordenação do Instituto de Zootecnia da Pasta, estamos abertos a receber parceiros nessa empreitada que preencherá os 44 hectares destinados.

Será um mostruário de práticas inéditas, importantes e inovadoras no sentido de difundir e aperfeiçoar os conceitos de integração Lavoura-Pecuária (iLP) e integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). A previsão é de que funcione, no mínimo, por doze anos, para garantir que tecnologia e produção caminhem juntas fomentando o aumento do ganho de produtividade e a melhoria da renda no campo.



É o símbolo da intensificação sustentável da agropecuária; um lugar para colocar em prática o que já foi discutido em simpósios, *workshops* e palestras ao redor do Brasil e do mundo. É onde se aprenderá de uma forma dinâmica e prática a fazer uma agropecuária mais produtiva. Teremos, de fato, uma fazenda produtora de grãos, madeira e carne de forma sustentável, com o acompanhamento de custos para monitorar, também, sua sustentabilidade econômica.

Da mesma forma que surgiu o plantio direto, não tenho dúvida de que a integração lavoura-pecuária é um novo caminho para aumentar a produtividade agrícola, fazendo com que este bem inestimável que é a terra, o nosso solo, possa ser produtivo 365 dias ao ano.

Houve um período em que se plantava uma safra; depois disso, passamos a conviver com as safrinhas, outras atividades; e chegamos a colher duas ou três safras durante o ano – de diferentes culturas.

A vitrine será acessível a produtores de todos os portes, extensionistas, estudantes, técnicos e empresas, facilitando a difusão de tecnologias obtidas nos Institutos da Pasta. O mercado consumidor exige a sustentabilidade naquilo que compra, e é nosso papel ouvi-lo e trabalhar para ele que seja atendido.

Será um espaço onde provaremos, mais uma vez, ser possível desenvolver ideias e inovações para unir a preservação dos recursos naturais como água e solo com a produção de grãos, carne, leite, fibras, agroenergia e madeira. Consorciar agricultura, pecuária e floresta/silvicultura traz o benefício da sustentabilidade ambiental, mas, também, da sustentabilidade econômica e social.

Nosso objetivo é mostrar pontos importantes, como a melhoria do solo obtida com a reforma da pastagem por meio do cultivo de variedades propícias como milho, arroz, feijão e sorgo, oferecendo-se, ao mesmo tempo, alternativa de silagem com menor custo ao produtor, o que viabilizará a intensificação da produção de bovinos, atendendo as necessidades existentes de aumento da produção de proteína animal.

Para nós, será um projeto de governo, obedecendo a uma diretriz do governador Geraldo Alckmin, e a SAA, pelo seu braço da assistência técnica e extensão rural (CATI) e pelos institutos de pesquisa (APTA), estará dedicada com prioridade a essa empreitada, que obre um novo horizonte para a atividade agropecuária.

É o símbolo de que, juntos, Governo e iniciativa privada podem fazer muito pelo setor que salva a economia. ■

REFLEXÃO

O AGRONEGÓCIO E SEUS DESAFIOS

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O SOL que reaquece as esperanças no futuro é o mesmo que alimenta os campos brasileiros forrados do verde da soja, do milho e da cana, entre outras culturas. Ilumina as florestas plantadas e as pastagens, com animais produzindo e engordando. O sol que sustenta a balança comercial também enche de força o Brasil e o mundo para transformar e processar biomassa, grãos, fibras, açúcares, frutos e flores. É ele que aquece nosso dia e refaz nossas energias.

A análise no artigo do Estadão de 15 de maio assinado por um seleto grupo de especialistas no agronegócio aborda a importância de se ter a dinamização do agronegócio, em face da sua capilaridade sobre toda a economia, em um momento de gigantesca crise fiscal, o que recomenda definição de prioridades.

Nesse sentido, vale ressaltar que os últimos três governos no plano federal (o segundo de Lula e os dois de Dilma) trouxeram desconfiança no meio produtivo, insegurança aos investidores externos e nacionais, aumento constante do "custo Brasil", tensões no campo, sequelas graves em algumas cadeias produtivas e um alto preço pelo isolamento comercial do Brasil, por questões ideológicas.

O Brasil é, certamente, protagonista global nos temas de segurança alimentar e na produção e no uso de energia renovável, além de ser maior exportador de uma série de produtos do agronegócio, mesmo com a negativa política isolacionista dos últimos anos. Aliás, isso torna o País fundamental no mundo, mas, infelizmente, sem deter a necessária liderança global.

O fato de ter uma agricultura com grande aumento de oferta de grãos e outros produtos com ganhos de produtividade e pouca expansão de área é, por si, atestado de sustentabilidade.

Sem os investimentos básicos, como em logística e portos, o País tem elevadíssimos custos para exportar. Boa parte de sua competitividade perde-se nas estradas, nas esperas em portos e por falta de armazéns.

O momento brasileiro é o de gerar uma estrutura matricial com a soma público-privada em mercados de exportação, adensando as cadeias produtivas, estimulando os ganhos de eficiência, incentivando a oferta de energia renovável da biomassa e investindo em tecnologia e sua adoção pelos produtores, além das reformas trabalhista e tributária.

A visão pragmática de uma só agricultura, com os diferenciais das escalas, em forte defesa sanitária e moderna estruturação das ações do Estado em parceria com o setor privado, considerando-se os enormes e constantes riscos de intempéries climáticas, leva à necessidade de uma lei agrícola adequada ao protagonismo do Brasil no agronegócio.

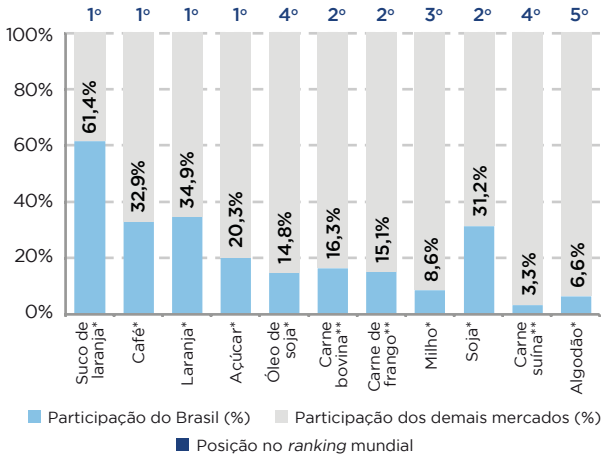
O agronegócio sonha com os desafios que tem. O ambiente exige confiança. Sem ela, não se pode esperar investimentos externos, desenvolvimento e uso de tecnologia. A busca de novos mercados no século XXI requer um esforço multi-institucional de abertura comercial, suprimido de ideologias que escondem outros interesses.

Os riscos de produzir, no enfrentamento do clima, de doenças e do crédito insuficiente, são muito elevados. Mesmo assim, o Brasil segue a trilha da liderança global no campo do agronegócio. Mas, para protagonizar, é preciso confiança, sensatez em políticas públicas, noção da sua importância geopolítica e ações que sustentem esse grande negócio brasileiro. ■



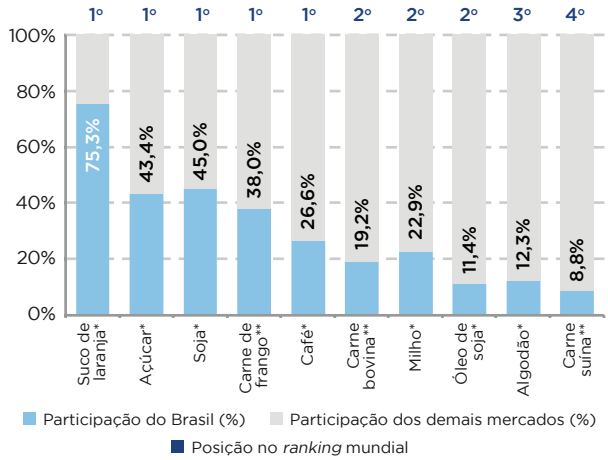
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



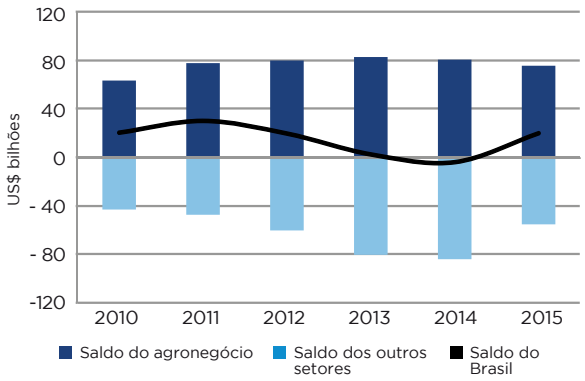
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



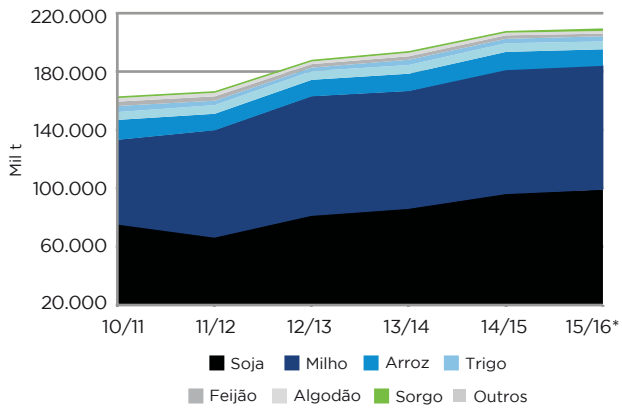
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



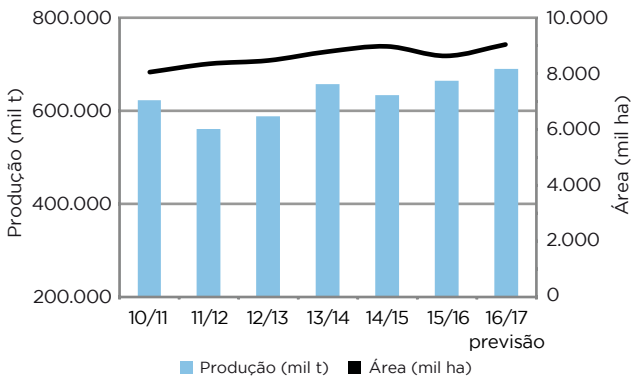
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



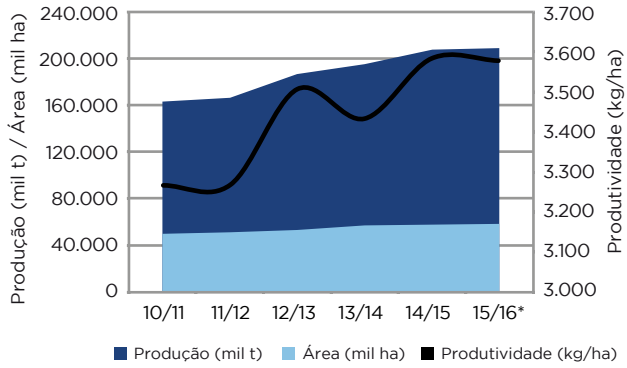
* Previsão em abril de 2016
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em abril de 2016
Fonte: Conab